

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90002/2026 - UASG: 926120
PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00113-00002268/2026-65

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, por meio da Diretoria de Materiais e Serviços, sediada no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco "C", Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133/2021, pela Lei Distrital 4.770/2012 e pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, e demais legislações aplicáveis.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 10h do dia 08 de maio de 2026.

MODO DE DISPUTA: FECHADO.

VALOR ESTIMADO: R\$ 2.934.683,82.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

UASG: 926120

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TÉCNICA E PREÇO.

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

I - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte - TTN e Ligação Torto-Colorado - LTC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único lote.

1.3. O critério de julgamento adotado será técnica e preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no compras governamentais e as especificações constantes do edital, prevalecerão as últimas.

II - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, observadas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas no Projeto Básico.

2.1.2.1. A empresa consorciada fica impedida de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.

2.1.2.2. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.

2.1.2.3. A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio;

2.1.2.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

2.1.2.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

2.1.2.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 2.1.2.2 "a", que deverá prever:

a) compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;

b) declaração expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;

c) compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;

d) compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;

e) compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;

f) Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.

2.1.2.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.1.2.8. Quando o consórcio for constituído por empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente a uma empresa brasileira.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que demonstre a sua viabilidade econômica na fase de Habilitação, conforme entendimento do TCDF nas decisões nºs 596/2024, 1.212/2024 e 1.469/2024.

III - DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 20%, do valor contratado desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas, conforme subitem 5.0.1 do Projeto Básico.

3.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

3.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante o DER-DF, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes desta licitação.

3.4. O DER-DF se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

3.5. A CONTRATADA deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

3.6. A empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

3.7. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

3.8. As empresas a serem subcontratadas também devem comprovar, na fase de habilitação, perante o DER-DF que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DER-DF.

3.9. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a licitante vencedora subcontratará, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

3.10. Na fase de habilitação, o licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(is), mencionada(s) no item 3.9, que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, conforme o Proposta de Preços, item II deste Edital.

3.11. A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

3.12. Assinado o contrato, serão emitidas as Notas de Empenho em favor da CONTRATADA e, no caso da(s) entidade(s) preferencial(is), subcontratadas compulsoriamente, também empenho direto em favor dessa(s).

3.13. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

3.14. No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

3.15. A CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

3.16. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

3.17. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao CONTRATANTE, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

3.18. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial.

3.19. Não poderá ser objeto de subcontratação os serviços constantes da habilitação técnico-operacional, constante no Projeto Básico.

IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas técnicas e as propostas de preços, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta de técnica e proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade das declarações de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas técnicas e as propostas de preços, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.8. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.11.1.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.
- 4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.13. De acordo com o disposto no Artigo 58 da Lei nº 14.133/2021, para fins de pré-habilitação na presente licitação, será exigida a prestação de garantia no valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação de obras, que será de R\$ 29.346,83 (vinte e nove mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos).
- 4.13.1. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do Artigo 96 da Lei nº 14.133/2021:
- I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia, conta Caução: Banco de Brasília, Agência nº 146, Conta Corrente nº 835.109-2;
- II - seguro-garantia;
- III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 4.13.2. A não apresentação da garantia, ou sua apresentação em valor inferior ao exigido, implicará na inabilitação do interessado para prosseguir na fase de habilitação.
- 4.13.3. A garantia de proposta será devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, na forma do Artigo 58 § 2º da Lei nº 14.133/2021.

V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O critério de seleção da CONTRATADA adotará a melhor combinação técnica e preço.
- 5.1.1 A proposta técnica deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, por meio eletrônico, com timbre da empresa, tamanho A4, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas rasuras ou entrelinhas, em que conste o número deste edital, numeradas sequencialmente, assinada eletronicamente na última página pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído, juntando-se, neste caso, cópia da procuração com poderes específicos.
- 5.2. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios de seleção:
1. Conhecimento do Problema (20 pontos);
 2. Plano de Trabalho (20 pontos);
 3. Capacidade Técnica da Empresa (30 pontos);
 4. Capacidade da Equipe Técnica (30 pontos).
- 5.2.1. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios:
- 5.2.1.1. O detalhamento do critério de pontuação da Proposta Técnica será detalhado a seguir:
- 5.2.1.1.1. Para a avaliação das Propostas Técnicas, estas deverão ser apresentada seguindo a estrutura descrita abaixo:
- Índice;
 - Apresentação da Empresa Licitante;
 - Apresentação da Proposta Técnica;
 - Conhecimento do Problema;
 - Plano de Trabalho;
 - Capacidade Técnica da Proponente;
 - Capacidade da Equipe Técnica;
 - Termo de Encerramento.
- 5.2.1.2. A seguir, serão apresentados os principais aspectos que devem ser abordados em cada um dos itens mencionados acima:
- 5.2.2. **CONHECIMENTO DO PROBLEMA (20 Pontos)**
- 5.2.2.1. A empresa licitante deverá demonstrar, com clareza e objetividade, ter conhecimento do problema, utilizando, no máximo, 30 (trinta) páginas no formato A-4 com letra no formato Arial 12 e mais 5 (cinco) páginas, no máximo, de gráficos e quadros no formato A-4 ou A-3. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.
- 5.2.2.2. Nesse contexto a empresa licitante deverá ter conhecimento dos serviços de execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais - PBAs do Trevo de Triagem Norte - TTN e da Ligação Torto-Colorado. Para a pontuação relativa ao conhecimento do problema, os seguintes temas deverão ser abordados nesse item:

1. Situação Atual dos Empreendimentos Rodoviários;
2. Programas Ambientais (objetivos, cronograma, possíveis impactos, medidas mitigadoras, resultados esperados);
3. Dificuldades Potenciais dos Trabalhos.

5.2.3. PLANO DE TRABALHO (20 Pontos)

5.2.3.1. A empresa licitante deverá apresentar seu Plano de Trabalho para execução dos serviços em consonância com o Projeto Básico e Instruções Particulares do Edital, de forma clara e justificada, contendo no máximo, 20 (vinte) páginas no formato A-4 com letra no formato Arial 12 e mais 5 (cinco) páginas, no máximo, de gráficos e quadros no formato A-4, A-3 ou duplo A-3. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

5.2.3.2. Deverá enfocar:

1. Relação e Definição das Atividades;
2. Apoio Gerencial;
3. Organização Técnico-Administrativa.

5.2.4. CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE (20 Pontos)

5.2.4.1. A Capacidade Técnica da Proponente será avaliada pelo aspecto quantitativo no qual a proponente deverá apresentar o Atestados e/ou Certidões emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove a atuação no mercado como elaboradora ou executora de programas ambientais.

5.2.4.2. Para fins de avaliação e pontuação, somente serão aceitos atestados referentes à execução de serviços de:

- Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias;
- Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias.

5.2.4.3. Observação: Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntada à documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato.

5.2.5. CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA (40 Pontos)

5.2.5.1. A Capacidade da Equipe Técnica será avaliada pelos aspectos qualitativo e quantitativo

5.2.5.2. No ponto de vista qualitativo os profissionais deverão apresentar o Atestado e/ou Certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove quanto tempo os profissionais atuam no mercado.

5.2.5.3. Deverá ser comprovada o tempo de serviço e a especialização exigida nas seguintes atuações profissionais:

- **Coordenador:** - Profissional de nível superior (Engenharia Ambiental, Biologia, Geografia, Engenharia Civil, Ecologia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma (Agronomia) ou Geologia) com especialização *latu sensu* e/ou *stricto sensu* em gestão ambiental, licenciamento, meio-ambiente ou área correlata;
- **Engenheiro Civil:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Civil;
- **Engenheiro Ambiental:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Ambiental;
- **Engenheiro Florestal:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Florestal;
- **Biólogo:** Profissional de nível superior formado no curso de Ciências Biológicas;
- **Geólogo ou Geotécnico:** Profissional de nível superior formado no curso de Geologia ou Engenharia Geológica ou com diploma *stricto sensu* em geotecnia;
- **Geógrafo:** Profissional de nível superior formado no curso de Geografia.

5.2.5.4. No ponto de vista quantitativo a proponente deverá apresentar o Atestados e/ou Certidões emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove a atuação no mercado.

5.2.5.5. Para fins de avaliação e pontuação, somente serão aceitos atestados referentes à execução de serviços de:

- Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias;
- Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias.

5.3. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios:

5.3.1. CONHECIMENTO DO PROBLEMA (20 pontos)

5.3.1.1. No Conhecimento do Problema, a pontuação a ser atribuída no exame e avaliação da Proposta Técnica terá como nota máxima o correspondente a 20 (vinte) pontos, devendo a proponente demonstrar o conhecimento, sua visão e análise do objeto da presente licitação, através de uma abordagem sucinta e técnico-conceitual.

5.3.1.2. Os parâmetros de avaliação do Conhecimento do Problema estão apresentados a seguir:

Item	Descrição	Nota Máxima (Pontuação)
1	Situação Atual dos Empreendimentos Rodoviários	4
2	Programas Ambientais (objetivos, cronograma, possíveis impactos, medidas mitigadoras, resultados esperados)	8
3	Dificuldades Potenciais dos Trabalhos	8
TOTAL CONHECIMENTO DO PROBLEMA		20

5.3.2. PLANO DE TRABALHO (20 pontos)

5.3.2.1. O Plano de Trabalho será avaliado atribuindo-se até 20 (vinte) pontos, devendo a proponente apresentar seus métodos e sistemas de trabalho, sobre atividades necessárias para execução dos serviços em licitação, sintetizadas através de fluxograma específico, sobre as metodologias que serão utilizadas em cada uma das atividades capazes de refletir os serviços necessários à execução satisfatória dos estudos e projetos, finalizando sobre a estrutura de apoio técnico-administrativo que será utilizado na execução do projeto, abrangendo escritórios, veículos e equipamentos e organograma contendo a discriminação dos vários setores e seus responsáveis.

tem	Descrição	Nota Máxima (Pontuação)
1	Relação e Definição das Atividades	10
2	Apoio Gerencial	6
3	Organização Técnico-Administrativa	4

TOTAL PLANO DE TRABALHO	20
--------------------------------	-----------

5.3.3. CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE (20 pontos)

5.3.3.1. Neste quesito será avaliada a qualificação técnico-operacional da licitante, que deverá ser comprovada através de certidão(ões) ou atestado (s). As Certidões de Acervo Operacional (CAO)s deverão ser emitidas em nome da empresa licitante, devidamente registrado no CREA ou CAU conforme previsto no inciso II do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução nº 1.137/2023 - CONFEA ou Conselho Profissional competente.

5.3.3.2. Caso a licitante apresente a CAO que contemple a Execução de Programas Ambientais e Elaboração de Plano Básico Ambiental ou Programas Ambientais será atribuída a pontuação em ambos os quesitos.

Número de Atestados - Licitantes	Pontuação	
	Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias	Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias
1	2	2
2	5	5
≥ 3	10	10

5.3.4. CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA (40 pontos)

5.3.4.1. Neste quesito será avaliada a Capacidade Técnica dos profissionais, que deverá ser comprovada através de certidão(ões) ou atestado (s). As Certidões de Acervo Técnico (CAT)s deverão ser emitidas em nome do profissional, devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme previsto no inciso II do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução nº 1.137/2023 - CONFEA ou Conselho Profissional competente.

5.3.4.2. Para os profissionais técnicos é exigida declaração que os mesmos tomaram conhecimento de todas as informações e das condições do local para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.3.4.3. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.3.4.3.1. Os profissionais indicados nas Declarações de Responsabilidade Técnica deverão, obrigatoriamente, comprovar a condição de vínculo com a empresa licitante, na assinatura do contrato, em uma das seguintes condições:

a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;

b) por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho ou cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;

c) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

5.3.4.4. Além disso, deverá ser apresentada no ato da apresentação das propostas registro ativo do profissional no conselho de classe regional bem como a comprovação do vínculo empregatício junto à empresa Licitante.

5.3.4.5. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

5.3.4.6. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.3.4.7. Na avaliação qualitativa, cada profissional pontuará em apenas uma faixa de tempo de atuação, considerando-se, para fins de contagem, o atestado ou certidão de data mais remota. Para as funções que exijam especialização, a documentação comprobatória apenas será considerada se for relativa ao período posterior à obtenção do título. A pontuação máxima permitida neste critério é de 24 pontos.

Profissional	Tempo de Atuação - T (anos)	Pontuação
Coordenador	$T \leq 5$	2
	$5 < T \leq 10$	4
	$10 < T < 12$	5
	$T \geq 12$	6
Engenheiro Civil	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Engenheiro Ambiental	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Engenheiro Florestal	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Biólogo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2

	$T \geq 10$	3
Geólogo ou Geotécnico	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Geógrafo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3

5.3.4.8. Para o critério quantitativo será contado os atestados de acordo com cada especialidade e comprovação exigida e cada profissional pontuará em apenas uma faixa de quantidade. A pontuação máxima permitida neste critério é de 16 pontos.

Profissional	Quantidade	Pontuação
Coordenador - Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou co-Responsável Técnico ou Engenheiro Coordenador ou Engenheiro Supervisor.	1	1
	2	2
	3	3
	≥ 4	4
Engenheiro Civil - Serão aceitos atestados em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou co-Responsável Técnico ou Engenheiro Supervisor ou Engenheiro Residente	1	1
	≥ 2	2
Engenheiro Ambiental - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Supervisão Ambiental de Obras Rodoviárias e/ou Gerenciamento Ambiental de Obras Rodoviárias e/ou Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA para Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Engenheiro Florestal - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Programas Ambientais de Obras Rodoviárias e/ou Monitoramento Ambiental de Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Biólogo - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Programas Ambientais de Obras Rodoviárias e/ou Monitoramento Ambiental de Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Geólogo ou Geotécnico	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
Geógrafo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2

5.4. A proposta de preço deverá ser apresentada nos termos edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, por meio eletrônico, com timbre da empresa, tamanho A4, em língua portuguesa, redigida com clareza, sem ressalvas, emendas, rasuras ou entrelinhas, em que conste o número deste edital, numeradas sequencialmente, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante ou seu procurador constituído.

5.4.1. Na proposta será consignado:

5.4.1.2. Preço global proposto, em reais, pelo qual a empresa se compromete a executar os serviços objeto do presente Edital;

5.4.2. Não serão admitidos preços unitários e global superiores aos definidos no Orçamento Referencial do DER-DF.

5.4.3. O preço global proposto pelo licitante vencedor deverá contemplar a totalidade dos serviços objeto do contrato, compreendendo todos os custos, como encargos, taxas e bonificações.

5.4.4. Deverão ser apresentados todos os quadros constantes do ANEXO VI do Edital (Modelo de Proposta e Preços).

5.4.5. O percentual de desconto apresentado pelos Licitantes deverá incidir linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

5.4.6. O preço apresentado sobre o valor orçado pelo DER-DF neste processo licitatório, incidirá sobre os demais itens de obras, materiais e serviços das planilhas do Anexo VI.

5.4.7. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.5.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.

5.9.3. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos para contratação.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. A forma física da proposta a ser inserida no sistema deverá conter:

a) Declaração de Responsabilidade Técnica, modelo Anexo I deste edital;

b) Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, conforme modelo constante do Anexo II deste edital;

c) Declaração de que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019, conforme modelo constante do Anexo III deste edital;

d) Declaração que atende as exigências de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (Anexo IV);

e) declaração do Termo de Compromisso da Lei nº 6.128/2018, Decreto nº 45.846, de 27 de maio de 2024, conforme modelo constante do Anexo V deste edital.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 8.3 deste Edital.

6.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação, via sistema.

6.3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.6. O Agente de Contratação verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.6.1. SICAF; e

6.7. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.7.1. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.7. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.8.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.8.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.8.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.8.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.9. Serão desclassificadas as propostas que:

6.9.1. contiverem vícios insanáveis;

6.9.2. não obedecerem às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

6.9.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.9.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.10. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.11. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas no Projeto Básico - Anexo VII do Edital.

6.12. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela comissão nomeada.

6.13. Será considerada vencedora a empresa que obtiver a maior pontuação, numa escala de 0 a 100 pontos. A análise e o julgamento da Capacitação Técnica serão procedidos por banca designada para esse fim composta de pelo menos 3 (três) membros que devem ser servidores efetivos pertencentes aos quadros permanentes do DER/DF, conforme preconiza o Art. 37 da Lei nº 14.133/21, que poderá se valer do auxílio de profissionais que detenham expertise na área. As propostas técnicas das empresas licitantes serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições de habilitação, estabelecidas no Edital e seu(s) Anexo(s). Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme instruções constantes neste Projeto Básico. A pontuação final será calculada utilizando-se a fórmula:

$$NF = 0,5NPT + 0,5NPP$$

Onde:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preços

6.13.1. A pontuação final será arredondada até os centésimos de acordo com a regra definida pela norma da NBR 5891/ABNT – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

6.13.2. Pontuação da Proposta Técnica

6.13.2.1. A nota da proposta técnica (NPT), variando de 0 a 100 pontos, será atribuída pela comissão nomeada pelo DER/DF, atendo-se ao critério apresentado no item anterior.

6.13.3. Pontuação da Proposta de Preços

6.13.3.1. A nota da proposta de preços será calculada de acordo com a fórmula:

$$NPP = 100 * N1 / N2$$

Onde:

NPP = Nota da Proposta de Preços;

N2 = Valor da Proposta de Preços da Proponente;

N1 = Valor da proposta com menor preço, consideradas as propostas de preços apresentadas pelas licitantes que não forem desclassificadas.

6.13.3.2. Será desclassificada a empresa licitante que apresentar proposta de preço com valor superior ao do orçamento elaborado pela DER/DF.

6.13.3.3. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a regra definida pela norma NBR 5891/ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

6.14. As Propostas Técnicas serão avaliadas pela comissão nomeada, formada para esse fim, que analisará os conteúdos das mesmas em relações aos fatores de avaliações e pontuações máximas correspondentes em todos os quesitos, contidos nos itens 5.2 e 5.3. do Edital.

6.15. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.16. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.16.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.16.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.16.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.16.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.16.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.16.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.16.5.2. empresas brasileiras;

6.16.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.16.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.17. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os subitens 6.29.5.1 a 6.29.5.4., proceder-se-á sorteio automático das propostas empatadas a ser realizado no sistema www.gov.br/compras.

6.18. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

VII - DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Projeto Básico, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia no sistema em formato digital.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.11. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

VIII - DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>. Agente de Contratação: Caio Guimarães Oliveira. Telefone(s): (61) 3111-5587. E-mail: pregao@der.df.gov.br.**

IX - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5. fraudar a licitação;
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeito às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto nº 44.330/2023.
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório do licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem com os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

X - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório da licitação ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço do e-mail pregao@der.df.gov.br.
- 10.2. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.
- 10.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no sítio www.gov.br/compras, e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 10.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 10.5. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 10.6. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).
- 10.6.1. O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 10.1 deste Edital.
- 10.7. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

XI - DA DOTAÇÃO

- 11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos provenientes do Programa de Trabalho 26.782.6210.1226.0002 - Compensação Ambiental - DER/DF, ND 449051- Fonte 335-0 e 100-0.

XII - DO CONTRATO

- 12.1. Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do instrumento contratual, a ser realizada eletronicamente por meio de login e senha no Portal SEI-GDF, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação por correspondência eletrônica (e-mail).
- 12.1.1. O prazo mencionado no item 12.1 poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a adjudicatária formalize a solicitação dentro do respectivo prazo e apresente motivo justificado, aceito pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER/DF).
- 12.1.2. A ausência de manifestação ou a não aceitação, por parte da adjudicatária, dentro do prazo estabelecido, caracterizará descumprimento total da obrigação, sujeitando-a às penalidades legais cabíveis, além de facultar ao DER/DF a convocação dos demais licitantes, na ordem de classificação.
- 12.2. O não atendimento da convocação no prazo fixado pelo DER/DF implicará na perda do direito à assinatura do contrato.
- 12.3. Na hipótese prevista no item 12.2, o procedimento licitatório será reaberto para reexame das ofertas e verificação da qualificação das licitantes remanescentes, observando-se a ordem de classificação, até que se identifique proposta que atenda aos requisitos do edital. A licitante correspondente será declarada vencedora e, não havendo recurso, será-lhe adjudicado o objeto. Para esse procedimento, se aplicam, quando cabíveis, os dispositivos previstos nos itens 8 e 9 deste edital.

12.4. Durante a execução do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, conforme Art. 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1. Nos termos do Art. 122 § 3º, da Lei nº 14.133/2021, é igualmente vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que se enquadre nas hipóteses de impedimento previstas na referida Lei, aplicando-se tal proibição, inclusive, às situações descritas no Art. 48, parágrafo único.

XIII - DA GARANTIA CONTRATUAL

13.1. Para assinar o contrato, o adjudicatário deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, sob pena de decair do direito à contratação. A referida garantia deverá possuir prazo de validade correspondente a todo o período de execução do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias após o término de sua vigência, a fim de resguardar a Administração contra eventuais inadimplementos, obrigações remanescentes ou responsabilidades decorrentes do ajuste, a não apresentação da garantia no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante adjudicatário ou a rescisão do contrato, conforme o estágio em que se encontrar o processo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.2. A garantia poderá ser realizada em uma das seguintes modalidades:

- a) caução em dinheiro, a empresa deverá realizar transferência ou depósito identificado para o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, CNPJ 00.070.532/0001-03, no Banco de Brasília (BRB) Agência 0146; Conta Corrente 835109-2;
- b) caução em títulos da dívida pública;
- c) carta de fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e
- d) seguro garantia;

13.3. A garantia prestada pela contratada ser-lhe-á restituída ou liberada 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, mediante requerimento ao Presidente do DER/DF.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Agente de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. A comunicação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

14.6. O tratamento favorecido e diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, não poderá ser aplicado em favor da entidade que, em decorrência do valor da licitação em que estiver concorrendo venha a auferir tratamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP, conforme disposto no art. 24 da Lei Distrital 4.661/2011 e Artigo 4º da Lei 14.133/21.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.11. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

14.11.1. incentive a violência;

14.11.2. seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;

14.11.3. incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;

14.11.4. exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo mulher de forma objetificada;

14.11.5. seja homofóbico, racista e sexista;

14.11.6. incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;

14.11.7. represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

14.12. Nos termos do Decreto nº 45.846/2024 que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, ficará reservado o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua.

14.13. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital nº 34.031/2012).

14.14. Para as empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônico www.gov.br/compras e www.der.df.gov.br.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.16.1. ANEXO I - Modelo Declaração de Responsabilidade Técnica.

14.16.2. ANEXO II - Declaração de ciência e termo de responsabilidade.

14.16.3. ANEXO III - Modelo Declaração de não ocorrência do Decreto 39.860/2019.

14.16.4. ANEXO IV - Modelo Declaração de que a empresa atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e aos requisitos previstos no artigo 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012.

14.16.5. ANEXO V - Termo de compromisso de cumprimento da Lei nº 6.128/2018 e Decreto nº 45.846/2024.

14.16.6. ANEXO VI - Modelo de Proposta de Preços.

14.16.7. ANEXO VII - Projeto Básico.

14.16.7.1. Apêndice do Anexo VII - Estudo Técnico Preliminar.

- 14.16.8. ANEXO VIII - Orçamento estimativo.
- 14.15.9. ANEXO IX - Cronograma físico financeiro.
- 14.15.10. ANEXO X - Minuta de Termo de Contrato.

Brasília, 03 de março de 2026.
Ana Hilda do Carmo Silva
Diretora de Materiais e Serviços

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

AO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DF-DER/DF.

REF: CONCORRÊNCIA Nº - DER/DF

DECLARAMOS QUE O(S) ENGENHEIRO(S) ABAIXO RELACIONADO(S) SERÁ(ÃO) O(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) PELA OBRA DISCRIMINADA NO OBJETO DA CONCORRÊNCIA EM REFERÊNCIA.

1. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

2. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

3. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

4. NOME: CREA Nº
ASSINATURA: DATA REGISTRO
ESPECIALIDADE:

TODOS OS PROFISSIONAIS ACIMA RELACIONADOS DEVERÃO COMPROVAR VÍNCULO COM A EMPRESA ATRAVÉS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CELEBRADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO CIVIL, OU POR MEIO DE CÓPIA AUTENTICADA DA CTPS - CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL ACOMPANHADA DE CÓPIA DO REGISTRO DE EMPREGADOS, NO CASO DE EMPREGADO DA LICITANTE, OU POR MEIO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA OU CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA DO CREA, PARA O SÓCIO OU PROPRIETÁRIO, PARA ASSINATURA DO CONTRATO.

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 25.966, de 23/06/2005.

Brasília-DF, ____ de ____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preferencialmente preencher em papel timbrado da empresa e apresentar, caso não cadastrado no SICAF, toda a documentação necessária ao cadastramento no sistema:

- I) habilitação jurídica, quando for o caso;
- II) qualificação técnica;
- III) qualificação econômico-financeira, quando for o caso;
- IV) regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema de seguridade social e o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS;
- V) regularidade fiscal perante s Fazendas Estaduais e Municipais; e
- VI) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

ÓRGÃO/ENTIDADE
PROCESSO
MODALIDADE DE LICITAÇÃO
NÚMERO DA LICITAÇÃO
LICITANTE
CNPJ/CPF
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL
REPRESENTANTE LEGAL
CPF

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, _____, de _____ de _____.

Assinatura

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

_____, com sede _____ (nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ nº _____
na _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.
(a) _____ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____
_____, para os fins de habilitação na Concorrência nº xxx/2026-DER-DF, DECLARA expressamente que:

a) Atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO

DA LEI Nº 6.128/2018 E DECRETO Nº 45.846/2024

(Reserva de percentual das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua)

A Licitante _____ (Razão Social ou Nome da Empresa ou do Consórcio), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, RG nº _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, para os fins previstos no Edital de Licitação nº ____/20__ do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, que atenderá ao percentual de 2% das vagas de trabalho em serviços e execução de obras públicas para pessoas em situação de rua, conforme disposto na Lei nº 6.128/2018 e no Decreto nº 45.846/2024.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)		
RESUMO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO		
Local: Trevo de Triagem Norte e DF-003, no Trecho Compreendido Entre o Viaduto do Torto e o do Colorado		
Tabela Referencial: Consultoria DNIT		Mês base: OUT/2025
DISCRIMINAÇÃO		
A - EQUIPE TÉCNICA		R\$ -
A1 -Coordenação		
A2 - Equipe Trevo de Triagem Norte		
A3 - Equipe Torto Colorado		
B - VEÍCULOS		
C - DESPESAS GERAIS		
D - ANÁLISE DE ÁGUA		
TOTAL DO ORÇAMENTO SEM BDI		R\$ -
TOTAL DO ORÇAMENTO COM BDI		R\$ -

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)								
A. EQUIPE (TTN)								
Atividade	Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT					Mês base: OUT/2025		
	Descrição	Código	Quantidade			Salário / Mês	Total	Total
			Quant. Profissional	Alocado/Mês	Quant. Mês			
Coordenação Geral	Coordenador Geral	P8044	1	0,5	24		R\$ -	RS -
	Engenheiro Civil	P8067	1	0,5	24		R\$ -	
	Desenhista (Cadista)	P8155	1	0,5	24		R\$ -	
	Auxiliar de Escritório	P8026	1	0,5	24		R\$ -	
Total Equipe Técnica								RS -

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)								
A. EQUIPE (TTN)								
Atividade	Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT						Mês base: OUT/2025	
	Descrição	Código	Quantidade				Salário / Mês	Total
			Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês		
			a	b	c	d=(a*b*c)/220	d	e=c*d
Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos	Engenheiro Ambiental (Sênior)	P8059	1	80	4	1,45		R\$ -
	Técnico Ambiental	P8143	1	40	4	0,73		R\$ -
Programa de Compensação Ambiental e Florestal	Engenheiro Florestal (Sênior)	P8070	1	80	4	1,45		RS -
Programa de Monitoramento de Fauna	Biólogo Sênior	P8034	1	120	4	2,18		R\$ -
	Biólogo Pleno	P8033	3	120	4	6,55		R\$ -
	Auxiliar de Campo	P8025	4	40	4	2,91		R\$ -
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora	Geólogo ou Geotécnico (Sênior)	P8082	1	120	8	4,36		R\$ -
	Técnico Ambiental	P8143	1	120	8	4,36		R\$ -
Programa de Monitoramento do Comprimento de Condicionantes	Geógrafo (Sênior)	P8185	1	120	4	2,18		RS -
Total Equipe Técnica								RS -

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)									
A. EQUIPE (LTC)									
Atividade	Descrição	Código	Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT				Mês base: OUT/2025		
			Quantidade				Salário / Mês	Total	Total
			Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês			
			a	b	c	d=(a*b*c)/220	d	e=c*d	
Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos	Engenheiro Ambiental (Sênior)	P8059	1	80	4	1,45		R\$ -	RS -
	Técnico Ambiental	P8143	1	40	4	0,73		R\$ -	
Programa de Compensação Ambiental e Florestal/Monitoramento e Proteção de UC's/Acompanhamento do Paisagismo e Recuperação de Áreas Degradadas	Engenheiro Florestal (Sênior)	P8070	1	80	4	1,45		R\$ -	RS -
Programa de Monitoramento de Fauna	Biólogo Sênior	P8034	1	120	4	2,18		R\$ -	RS -
	Biólogo Pleno	P8033	3	120	4	6,55		R\$ -	
	Auxiliar de Campo	P8025	4	40	4	2,91		R\$ -	
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora	Geólogo ou Geotécnico (Sênior)	P8082	1	120	8	4,36		R\$ -	RS -
	Técnico Ambiental	P8143	1	120	8	4,36		R\$ -	
Programa de Monitoramento do Comprimento de Condicionantes	Geógrafo (Sênior)	P8185	1	120	4	2,18		R\$ -	RS -
Total Equipe Técnica									RS -

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)								
B. Veículos (TTN)								
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT						Mês base: JUL/2024		
Tipo de Veículo	Código	Qtde Veículos	Hora/Dia	Dias	Mês	Custo Horário	Total (R\$)	
		A	B	C	D	E	F=AxBxCxDxE	
Veículo van - Tipo furgão (Com motorista) CHP	E8887	1	4,00	22,00	24,00		R\$ -	
Veículo van - Tipo furgão (Com motorista) CHI	E8887	1	4,00	22,00	24,00		R\$ -	
					Total Veículos		R\$ 0,00	

C. IMÓVEIS/MOBILIÁRIO/DESPESAS GERAIS							
CAMPANHAS (CONSIDERADO MENSAL)							
ITEM	Código	Ocupante	Unidade		Custo	Valor Parcial	
		Unid.	m²	mês	R\$	R\$	
Imóvel Comercial	Escritório	B8951		145,98	4,00		R\$ -
Mobiliário	Mobiliário (Escritório)	B8953	26,00		4,00		R\$ -
Custos Diversos	Custos Diversos(Energia, água, saneamento, telefonia, correios, limpeza, materiais de escritório e informática)	B8959	26,00		4,00		R\$ -
						Total	R\$ 0,00
C. IMÓVEIS/MOBILIÁRIO/DESPESAS GERAIS							
COORDENAÇÃO (CONSIDERADO MENSAL)							
ITEM	Código	Ocupante	Unidade		Custo	Valor Parcial	
		Unid.	m²	mês	R\$	R\$	
Imóvel Comercial	Escritório	B8951		46,98	24,00		R\$ -
Mobiliário	Mobiliário (Escritório)	B8953	4,00		24,00		R\$ -
Custos Diversos	Custos Diversos(Energia, água, saneamento, telefonia, correios, limpeza, materiais de escritório e informática)	B8959	4,00		24,00		R\$ -

Equação da área de escritório:

Para a utilização da referida equação foram adotadas as seguintes premissas:

- a. para o dimensionamento das áreas de escritório considerou-se a equação apresentada na Tabela 40 do “Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 07 - Canteiros”. Esta equação foi desenvolvida em função do módulo básico acima exposto, definido como espaço mínimo que atende às especificações legais e técnicas relacionadas às atividades de escritório;
- b. por se tratar de serviços de Engenharia Consultiva, em que a equipe realiza parte das atividades em campo, considerou-se a redução de 50% (cinquenta por cento) da área resultante da equação. Logo:

$$AE = \frac{57,95}{2} + (4,5 \times NF)$$

onde:

AE representa a área de escritório (m²);
NF representa o número de ocupantes (ocupante).

Local, ____ de ____ de 2026.

(Identificação e assinatura do representante legal do licitante)

*Percentual de Desconto igual a _____

ANEXO VII
PROJETO BÁSICO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS

1.1.1. O presente documento tem a finalidade de fornecer os elementos técnicos compreendendo as especificações, os quantitativos e o orçamento com vistas à licitação da contratação de empresa prestadora de serviços para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte - TTN e Ligação Torto-Colorado - LTC.

1.1.2. O TTN é um empreendimento rodoviário que abrange as Regiões Administrativas de Brasília (RA-I) e do Lago Norte (RA-XVIII) e está localizado entre o entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003 (Balão do Torto), com extensão aproximada de 2,5 km (Figura 1). O Projeto de Engenharia compreendeu os seguintes serviços:

- Remodelação da Ponte do Braghetto, reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 2,1 km da rodovia DF-007 (Estrada Parque Torto - EPTT), no trecho compreendido entre a DF-002 e o entroncamento com a DF-003/BR-450 (Balão do Torto); e
- Reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 0,4 Km da rodovia DF-002 (Eixo Rodoviário Norte - ERN), no trecho compreendido entre o seu entroncamento com a DF-007 (Ponte do Braghetto) até o acesso às vias W1/W3; obras de arte especiais, implantação de pistas marginais na DF-007 e ciclovias.

1.1.3. As principais obras executadas foram as vias marginais (Eixos L e W), alargamento do viaduto de acesso ao Lago Norte, duas novas pontes, treze novos viadutos e ciclovias. O objetivo dessas obras foi o equacionamento dos problemas de tráfego existentes no local, com solução semelhante à utilizada no sistema viário na extremidade do Eixo Rodoviário Sul - ERS (Trevo de Triagem Sul - TTS) proporcionando benefícios à população, tais como: duplicação da capacidade do tráfego, eliminação de pontos de conflito, duplicação da Ponte do Braghetto e ligação direta entre a saída norte e a via W3.

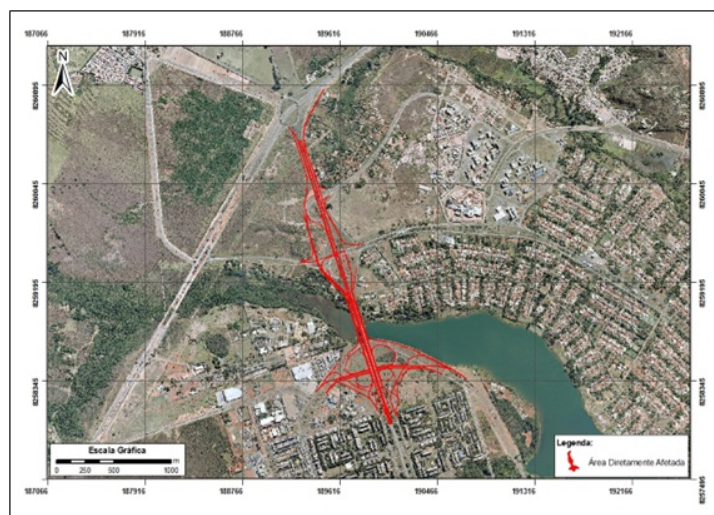


Figura 1 - Trevo de Triagem Norte - TTN (Fonte: DER-DF)

1.1.4. Já o LTC é um empreendimento rodoviário que abrange obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA (DF-003) e está localizada na rodovia DF-003 entre os viadutos do Torto e do Colorado, com extensão aproximada de 5,2 km (Figura 2). O Projeto de Engenharia compreendeu os seguintes serviços

- Terraplenagem;
- Pavimentação;
- Drenagem;
- Sinalização;
- Obras de Arte especiais e complementares.

1.1.5. A rodovia implantada tem seção transversal constituída de duas pistas separadas por barreira física tipo F de concreto, com três faixas de tráfego por sentido com 3,50 m, acostamentos externos de 2,50 m, acostamentos internos com 1,20 m e espaços para drenagem com 1,00 m de largura. No Balão do Colorado foi priorizada a ligação da DF-150 e DF-003 através do Ramo "D", em detrimento da ligação Sobradinho/DF-001 na utilização da nova pista. Os movimentos provenientes de Sobradinho/DF-001 foram dirigidos prioritariamente para a DF-003 (EPIA).

1.1.6. A DF-003, no trecho entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado, faz a conexão entre a região norte do DF e o Plano Piloto, permitindo ainda a conexão entre as rodovias BR-010/020/030 e as rodovias BR-040/050, constituindo-se na espinha dorsal do sistema de tráfego do Distrito Federal. Essa rodovia absorve atualmente a demanda de tráfego de Planaltina, Sobradinho I e II, Condomínios do Grande Colorado e entorno e de quem utiliza a DF-003 para outros Estados. As adequações geométricas foram executadas para viabilizar as conexões com a nova pista nos Balões do Torto e Colorado e também a restauração dos pavimentos das pistas de rolamento e dos acostamentos.

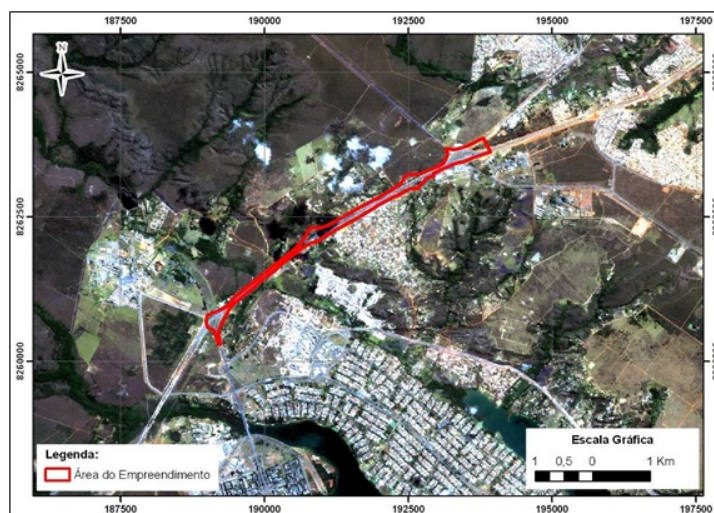


Figura 2 - Ligação Torto-Colorado - LTC (Fonte: DER-DF)

1.2. ABRANGÊNCIA

1.2.1. Os serviços técnicos abrangem as atividades de execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais - PBAs do Trevo de Triagem Norte - TTN e da Ligação Torto-Colorado - LTC para o período pós-obra, em atendimento às condicionantes das Licenças de Operação (LOs), a saber:

- a. Trevo de Triagem Norte - LO n.º 136/2023 (158109719);
- b. Ligação Torto Colorado - LO n.º 068/2022 (158110051).

1.2.2. Os serviços deverão ser executados por empresa especializada em consultoria, com a habilitação requerida no Edital de Licitação, e que possua o suporte necessário e indispensável para o monitoramento dos empreendimentos rodoviários em questão.

1.3. NATUREZA

1.3.1. Os Planos Básicos Ambientais - PBAs do TTN e do LTC estabelecem a necessidade de execução de diversos Programas com objetivos de minimizar os impactos negativos. Os Programas possuem periodicidades de acordo com o aspecto a ser avaliado, e ao fim de cada campanha de monitoramento deverão ser gerados relatórios, com dados e informações pertinentes ao período monitorado, que permitirão uma avaliação das medidas de mitigação dos possíveis impactos ambientais.

1.4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. Os PBAs dos Complexos Rodoviários do TTN e do LTC foram aprovados pelo Instituto Brasília Ambiental - IBRAM/DF, sendo que alguns dos Programas acatados pelo órgão licenciador foram concluídos pelo DER/DF na fase de implantação dos empreendimentos. Sendo assim, o presente Projeto Básico - PB tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços para a execução dos Programas detalhados nos PBAs, com vistas ao cumprimento das condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação.

1.5. QUADRO RESUMO DOS SERVIÇOS

QUADRO RESUMO DOS SERVIÇOS	
Serviço	Execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC)
Rodovias	TTN - Entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003 (Balão do Torto), com extensão aproximada de 2,5 km LTC - Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA (DF-003) entre os viadutos do Torto e do Colorado, com extensão aproximada de 5,2 km
Local	TTN - Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003 LTC - EPIA/DF-003 no trecho compreendido entre os viadutos do Torto e do Colorado
Serviços a serem Executados	Programas dos PBAs: TTN - Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos; Programa de Monitoramento de Processos Erosivos; Programa de Compensação Ambiental; Plano de Monitoramento da Fauna; Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes LTC - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Recursos Hídricos; Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna; Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UCs; Programa de Acompanhamento da Recuperação de Áreas Degradadas e de Paisagismo; Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes; Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial
Prazo de Execução	720 (setecentos e vinte) dias O prazo de execução se inicia após a publicação da ordem de serviço no DODF
Prazo de Vigência	180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução
Valor Total dos Serviços	R\$ 2.934.683,82 (dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil seiscentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos)
BDI (%) de consultoria	27,71 %
Data de Reajustamento	08/01/2026
Data Base do Orçamento	01/10/2025

1.6. ESTUDOS/LEVANTAMENTOS/PROJETOS

Serão fornecidos pelo DER-DF os estudos, levantamentos e projetos indicados abaixo:

- ANEXO A - Plano Básico Ambiental - PBA - TTN (192957383);
- ANEXO B - Plano de Trabalho de Fauna - TTN (192957690);
- ANEXO C - Plano Básico Ambiental - PBA - LTC (192957976);
- ANEXO D - Plano de Controle Ambiental - PCA - LTC (192958184);
- ANEXO E - Plano de Manutenção da Rede de Drenagem Pluvial - LTC (194195646);
- ANEXO F - Licença de Operação 68/2022 - LTC (192959100);
- ANEXO G - Licença de Operação 136/2023 - TTN (192959835);
- ANEXO H - Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA - DF-003 (193089379);
- ANEXO I - Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA - TTN (193091115);
- ANEXO J - Relatório de Cumprimento de Condicionantes - TTN (193091669);
- ANEXO K - Relatório Auditoria e Fiscalização - RAF - LTC (193092551);
- ANEXO L - Caderno de Orçamento PBA - TTN / LTC (193093208);
- ANEXO M - ARTs Coordenação e Orçamento (193625548);
- ANEXO N - Matriz de Risco (193228910);
- ANEXO O - Especificação Técnica (193230028).

NOTA: Todos os produtos listados neste item estão disponíveis no ProjectWise e podem ser acessados pelo link [PWA - LTC - TTN](pwa://vm-projectwise.der.df.gov.br:DER-DF/Documents/Desenho%20(R)/TTN%20e%20LTC/PBA%20LTC%20-%20TTN/) (pwa://vm-projectwise.der.df.gov.br:DER-DF/Documents/Desenho (R)/TTN e LTC/PBA LTC - TTN) e sua versão editável será disponibilizada pelo Executor/Comissão Executora após a assinatura do contrato.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.0.1. Os Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC) foram inicialmente propostos nos respectivos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) aprovados pelo IBRAM/DF.

2.0.2. No EIA/RIMA de cada um dos empreendimentos foram identificados os potenciais impactos nas etapas de implantação e operação, sendo que para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos foram propostas ações a serem executadas na forma de programas específicos.

2.0.3. As Licenças de Operação (LOs) do TTN e do LTC estabelecem a necessidade de execução de Programas propostos nos PBAs aprovados pelo órgão competente. Esses Programas possuem periodicidades definidas e ao término de cada campanha deverão ser gerados relatórios com as informações pertinentes ao período monitorado.

2.0.4. Dessa forma, a fundamentação da contratação de empresa prestadora de serviços para a execução dos Programas detalhados nos PBAs é a obrigatoriedade do cumprimento das condicionantes estabelecidas nas LOs do TTN e do LTC.

2.0.5. Ademais, considerando que o DER/DF não dispõe de equipe técnica suficiente foi adotada a solução de contratação de empresa de consultoria especializada para a execução dos Programas propostos nos PBAs, dadas as limitações de recursos e capacidades do DER/DF.

2.0.6. Diante do exposto, a contratação de empresa prestadora de serviços é justificada especialmente pela falta de equipamentos/materiais e de pessoal por parte do DER/DF, e visa a garantia da conformidade legal e ambiental dos complexos rodoviários em questão.

2.1. JUSTIFICATIVA PARA CRITÉRIO DE JULGAMENTO TÉCNICA E PREÇO

2.1.1. Pela natureza e abrangência das frentes de serviços do escopo previsto a serem atendidas faz-se necessário que a empresa a ser contratada deva apresentar qualificações técnicas e expertise na área na qual se comprove a experiência dos profissionais a serem empregados, bem como da empresa Licitante.

2.1.2. O objeto será contratado sem dedicação exclusiva de mão de obra, mediante licitação na modalidade Concorrência Pública, em sua forma eletrônica, cujo critério de julgamento será a melhor combinação Técnica (50%) e Preço (50%). O regime justifica-se com amparo no disposto no inciso IV do §1º do Art. 36º da Lei 14.133/21, conforme transcrito a seguir:

“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;”

2.2. JUSTIFICATIVA PARA ADMISSÃO DE CONSÓRCIO

2.2.1. Do ponto de vista técnico, a união de empresas com diferentes especializações pode aprimorar a qualidade da prestação de serviços e se mostrar mais vantajosa para a Administração, elevando o nível de execução dos empreendimentos desejados.

2.2.2. Com isto, entende-se que os benefícios da ampliação da concorrência por meio da admissão de consórcios de empresas é justificável, no entanto, em observação, limita-se o número de empresas por consórcio em, no máximo **3 (três) empresas**. Sendo esse valor de limite para a participação em consórcio, frequentemente utilizado nas contratações similares do DNIT, que torna uma referência de parâmetro nacionalmente aceito e validado na prática, oferecendo uma solução substanciada.

2.2.3. Atendendo ainda o art. 15, temos:

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

2.2.4. Dessa forma, ao permitir a participação em consórcios, **estabelece-se um acréscimo de 20% (vinte por cento)** sobre o valor exigido de um licitante individual para a habilitação econômico-financeira, conforme § 1º do Art. 15 da Lei 14.133/2021.

2.3. POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

2.3.1. Nesta licitação, será permitida a subcontratação de partes dos serviços, sendo vedada a subcontratação da atividade fim que é a supervisão das obras, tais como: Coordenação Geral, Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos, Programa de Compensação Ambiental e Florestal, Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora e Programa de Monitoramento do Cumprimento de Condicionantes.

2.3.2. Será permitida a subcontratação de todos os serviços relacionados à: Veículos; Imóveis, Mobiliários e Despesas Gerais; e Análise de Água.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sustentabilidade

3.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1.1. O projeto deve incorporar soluções sustentáveis, como o uso de materiais ambientalmente responsáveis e de baixo impacto ambiental, tecnologias para eficiência energética e práticas que minimizem resíduos.

3.1.1.2. É necessário incluir no projeto elementos que promovam a redução dos impactos ambientais, como estudos de implementação de técnicas de construção sustentável, recuperação de áreas degradadas e soluções para logística reversa.

3.2. Da exigência de carta de solidariedade

3.2.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo contratado, que assegure a execução do contrato.

3.3. Garantia da contratação

3.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) e condições descritas nas cláusulas do contrato.

3.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

3.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

3.4. Vistoria

3.4.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

3.4.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.4.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.4.4. A empresa, no que couber, deverá seguir o previsto no Decreto nº 45.846/2024 que regulamenta a Lei nº 6.128/2018, ficará reservado o percentual mínimo de 2% (dois por cento) das vagas de trabalho em serviços e obras públicas para pessoas em situação de rua.

4. EQUIPE MÍNIMA

4.1. Deverá ser mantida a seguinte equipe mínima de profissionais, conforme a tabela abaixo:

Profissional	Quantidade
Coordenador (Ambiental)	1

Engenheiro Civil	1
Engenheiro Ambiental	1
Engenheiro Florestal	1
Auxiliar de topografia	1
Biólogo	1
Geólogo ou Geotécnico	1
Geógrafo	1

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.0.1. Subcontratação Compulsória

5.0.2. Nos termos da legislação vigente (Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014), na presente contratação, cujo valor estimado é inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), é obrigatória a subcontratação compulsória de entidades preferenciais, até o limite de 20%, nos itens não relevantes e que não foram adotados nas qualificações técnica-operacional e técnica-profissional.

5.1. Permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.2. A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto. O Licitante apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.4. Os seguintes itens serão subcontratados:

- Veículos;
- Imóveis, Mobiliário e Despesas Gerais;
- Análise de Água.

5.5. Participação em Consórcio

5.5.1. Será permitida a participação em Consórcio limitando o número de empresas por consórcio em, no máximo 3 (três) empresas e estabelece-se um acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de um licitante individual para a habilitação econômico-financeira, conforme § 1º do Art. 15 da Lei 14.133/2021.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

5.6.1.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

5.6.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.6.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

5.6.2.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

5.6.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.6.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

5.6.2.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do DER-DF, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

5.6.3. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

5.6.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.6.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentadas e autorizadas pelo Governo Federal.

5.6.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao DER-DF juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

5.6.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

5.6.7. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da CONTRATADA, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

5.6.8. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

- 5.6.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 5.6.10. O DER-DF executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 5.6.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo DER-DF quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 5.6.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 5.6.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do DER-DF, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 5.6.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep e o DER-DF deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 5.6.12. A CONTRATADA autoriza o DER-DF a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste PROJETO BÁSICO.
- 5.6.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo DER-DF com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 5.6.14. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste PROJETO BÁSICO.
- 5.7. Vistoria
- 5.7.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.
- 5.7.2. Neste caso a licitante deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 5.7.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Condições de execução
- 6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.1.1.1. Início da execução do objeto: Da emissão da ordem de serviço;
- 6.1.1.2. O plano de atuação será desenvolvido pela CONTRATADA e deverá ser submetido à análise prévia do DER-DF (FISCALIZAÇÃO), antes do início do serviço de supervisão, estando sujeitos desta forma a alterações, ficando os custos decorrentes destas a cargo da CONTRATADA, não sendo permitida a execução de qualquer etapa, antes da aprovação do plano de atuação, sob pena de refazimentos/recontratações à expensas da CONTRATADA.
- 6.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar e apresentar o Plano de atuação, antes do início das atividades, contendo, no mínimo:
- Relação dos profissionais designados para cada atividade, juntamente com os seus currículos e comprovação de vínculo ativo com os conselhos de classe;
 - Metodologia a ser adotada para o cumprimento das ações contidas nos PBAs;
 - Cronograma para execução das atividades ambientais.
- 6.2. Local e horário da prestação dos serviços
- 6.2.1. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:
- **CONJUNTO DE VIAS QUE ENLOBAM O TREVO DE TRIAGEM NORTE - TTN;**
 - **CONJUNTO DE VIAS QUE ENLOBAM A LIGAÇÃO TORTO-COLORADO - LTC.**
- 6.3. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 6.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto
- 6.3.2. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra empreiteiro, nos cento e oitenta (180) dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.
- 6.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato
- 6.4.1. Os procedimentos para encerramento formal do contrato seguirão o contido no tópico "8.3 Do Recebimento"

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.0.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), acolhido por meio do [Decreto n.º 44.330](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.0.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.0.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.0.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.0.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.1. Preposto
- 7.1.1. O Coordenador da CONTRATADA será formalmente o preposto da empresa, no qual o representante legal da empresa apresentará documento indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.1.2. O DER-DF poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade e que atenda os critérios de habilitação técnica do profissional.
- 7.2. Fiscalização
- 7.2.0.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.2.1. Fiscalização Técnica

7.2.1.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.2.1.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.2.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.2.1.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.2.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.2.1.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.2.1.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do DER-DF ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade

7.2.2. Fiscalização Administrativa

7.2.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.2.2.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.2.3. Gestor do Contrato

7.2.3.1. Cabe ao gestor do contrato:

- Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- Enviar a documentação pertinente à SUAFIN para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- Receber e dar encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, bem como a notificação formal de que a CONTRATADA está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. As atividades a serem desenvolvidas, bem como os produtos a serem entregues seguirão as orientações apresentadas no Especificação Técnica 2 (193230028).

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.2.1. Não produziu os resultados acordados;

8.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.3. Do Recebimento

8.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da CONTRATADA com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.3.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.3.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.3.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.3.8. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.3.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, bem como o “*As Built*”.

8.3.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste PROJETO BÁSICO e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.3.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.3.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.3.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.3.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.3.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

8.3.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.3.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.3.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.3.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.4. Liquidação

8.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até trinta dias, após o atesto da Nota Fiscal, para fins de liquidação, na forma desta seção.

8.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao DER-DF.

8.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.4.6. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.4.7. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do DER-DF.

8.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o DER-DF deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.4.9. Persistindo a irregularidade, o DER-DF deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

8.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

8.5. Prazo de pagamento

8.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do Atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5.2. No caso de atraso pelo DER-DF, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.6. Forma de pagamento

8.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de

que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. Para fins de retenção do Imposto Sobre Serviço (ISS), a CONTRATADA deverá comprovar ao DER-DF a alíquota aplicável. Na ausência da devida comprovação, o DER-DF reterá automaticamente a alíquota máxima prevista.

8.7. Critério de reajustamento

8.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas tabelas de consultoria referenciais do SICRO – Sistema de Custos Rodoviários do DNIT e referencial de mercado, na data-base de 01/10/2025, com adaptações para se adequar às obras no âmbito do Distrito Federal (SEI/GDF 193093208).

8.7.3. A data de elaboração do orçamento e data referencial para o cálculo de reajustamento dos preços inicialmente contratados é 08/01/2026.

8.7.4. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo DER-DF, dos Índices de Reajustamentos de Obras Rodoviárias FGV/DNIT, Índice - Consultoria, Supervisão e Projetos, divulgados no site oficial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e de acordo com a Instrução Normativa nº 01/2023, de 24 de janeiro de 2023, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.7.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.7.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o DER-DF pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.7.7. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

8.7.8. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

8.7.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.8. Infrações e Sanções Administrativas

8.8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

8.8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, (Decisão TCDF n.º 2892/2019) não manter a proposta ou lance em especial quando:

- Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- Deixar de apresentar amostra;
- Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.8.1.5. Fraudar a licitação;

8.8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

8.8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.8.2.1. Advertência;

8.8.2.2. Multa;

8.8.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

8.8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.8.1.1, 8.8.1.2 e 8.8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.8.1.4, 8.8.1.5, 8.8.1.6, 8.8.1.7 e 8.8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.8.1.1, 8.8.1.2 e 8.8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8.6.2. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.8.1.4, 8.8.1.5, 8.8.1.6, 8.8.1.7 e 8.8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.8.1.1, 8.8.1.2 e 8.8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade

mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.8.6.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 8.8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 141, §4º do Decreto Distrital n.º 44.330/2023.

8.8.6.4. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.8.6.5. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.8.6.6. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.8.6.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.8.6.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.8.6.9. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

8.8.6.10. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO** e modo de disputa **FECHADO**.

9.2. Regime de execução

9.2.1. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

9.2.2. Após a apresentação das propostas as licitantes devem enviar as planilhas eletrônicas orçamentárias, editáveis (formato xls ou xlsx), contendo todas as operações aritméticas por meio de fórmulas e com 4 (quatro) casas decimais. O agente de contratação deverá enviar por meio de e-mail institucional para os seguintes endereços eletrônicos: sutecc@der.df.gov.br, diorc@der.df.gov.br e georc@der.df.gov.br.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. O licitante deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, respeitando o Salário Mínimo Profissional (SMP) da Engenharia, instituído pela Lei Federal nº 4.950-A/1966.

9.4. Habilitação jurídica

9.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.4.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6. Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.6.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);

9.6.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.6.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um) obedecendo as seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.6.3.2. Para licitação em consórcio, em atendimento ao § 1º do Art. 15 da Lei n.º 14.133/21, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1,2 (um vírgula dois), respeitando as exceções contidas no § 2º do Art. 15 da Lei n.º 14.133/21.

9.6.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.6.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação Capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.6.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10. CRITÉRIO DE SELEÇÃO - TÉCNICA

10.1. O critério de seleção da CONTRATADA adotará a melhor combinação técnica e preço.

10.2. A Proposta Técnica será avaliada e pontuada de acordo com os seguintes critérios:

1. Conhecimento do Problema (20 pontos);
2. Plano de Trabalho (20 pontos);
3. Capacidade Técnica da Empresa (30 pontos);
4. Capacidade da Equipe Técnica (30 pontos).

10.3. O detalhamento do critério de pontuação da Proposta Técnica será detalhado a seguir:

Para a avaliação das Propostas Técnicas, estas deverão ser apresentada seguindo a estrutura descrita abaixo:

- Índice;
- Apresentação da Empresa Licitante;
- Apresentação da Proposta Técnica;
- Conhecimento do Problema;
- Plano de Trabalho;
- Capacidade Técnica da Proponente;
- Capacidade da Equipe Técnica;
- Termo de Encerramento.

A seguir, serão apresentados os principais aspectos que devem ser abordados em cada um dos itens mencionados acima:

10.4. CONHECIMENTO DO PROBLEMA (20 Pontos)

10.4.1. A empresa licitante deverá demonstrar, com clareza e objetividade, ter conhecimento do problema, utilizando, no máximo, 30 (trinta) páginas no formato A-4 com letra no formato Arial 12 e mais 5 (cinco) páginas, no máximo, de gráficos e quadros no formato A-4 ou A-3. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

10.4.2. Nesse contexto a empresa licitante deverá ter conhecimento dos serviços de execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais - PBAs do Trevo de Triagem Norte - TTN e da Ligação Torto-Colorado. Para a pontuação relativa ao conhecimento do problema, os seguintes temas deverão ser abordados nesse item:

1. Situação Atual dos Empreendimentos Rodoviários;
2. Programas Ambientais (objetivos, cronograma, possíveis impactos, medidas mitigadoras, resultados esperados);
3. Dificuldades Potenciais dos Trabalhos.

10.5. **PLANO DE TRABALHO (20 Pontos)**

10.5.1. A empresa licitante deverá apresentar seu Plano de Trabalho para execução dos serviços em consonância com o Projeto Básico e Instruções Particulares do Edital, de forma clara e justificada, contendo no máximo, 20 (vinte) páginas no formato A-4 com letra no formato Arial 12 e mais 5 (cinco) páginas, no máximo, de gráficos e quadros no formato A-4, A-3 ou duplo A-3. Caso seja ultrapassada a quantidade máxima de páginas indicadas, aquelas últimas que ultrapassarem este limite serão completamente desprezadas, independentemente do reflexo que venha a causar na análise da Proposta Técnica.

10.5.2. Deverá enfocar:

1. Relação e Definição das Atividades;
2. Apoio Gerencial;
3. Organização Técnico-Administrativa.

10.6. **CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE (20 Pontos)**

10.6.1. A Capacidade Técnica da Proponente será avaliada pelo aspecto quantitativo no qual a proponente deverá apresentar o Atestados e/ou Certidões emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove a atuação no mercado como elaboradora ou executora de programas ambientais.

10.6.2. Para fins de avaliação e pontuação, somente serão aceitos atestados referentes à execução de serviços de:

- Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias;
- Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias.

Observação: Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal, deverá ser juntada à documentação uma declaração formal do contratante principal confirmando que o licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato.

10.7. **CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA (40 Pontos)**

10.7.1. A Capacidade da Equipe Técnica será avaliada pelos aspectos qualitativo e quantitativo

10.7.2. No ponto de vista qualitativo os profissionais deverão apresentar o Atestado e/ou Certidão emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove quanto tempo os profissionais atuam no mercado.

10.7.3. Deverá ser comprovada o tempo de serviço e a especialização exigida nas seguintes atuações profissionais:

- **Coordenador:** - Profissional de nível superior (Engenharia Ambiental, Biologia, Geografia, Engenharia Civil, Ecologia, Engenharia Florestal, Engenharia Agrônoma (Agronomia) ou Geologia) com especialização *lato sensu* e/ou *stricto sensu* em gestão ambiental, licenciamento, meio-ambiente ou área correlata;
- **Engenheiro Civil:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Civil;
- **Engenheiro Ambiental:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Ambiental;
- **Engenheiro Florestal:** Profissional de nível superior formado no curso de Engenharia Florestal;
- **Biólogo:** Profissional de nível superior formado no curso de Ciências Biológicas;
- **Geólogo ou Geotécnico:** Profissional de nível superior formado no curso de Geologia ou Engenharia Geológica ou com diploma *stricto sensu* em geotecnia;
- **Geógrafo:** Profissional de nível superior formado no curso de Geografia.

10.7.4. No ponto de vista quantitativo a proponente deverá apresentar o Atestados e/ou Certidões emitido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados/averbados pelo CREA ou Conselho Profissional competente que comprove a atuação no mercado.

10.7.5. Para fins de avaliação e pontuação, somente serão aceitos atestados referentes à execução de serviços de:

- Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias;
- Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias.

11. **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

11.1. **CONHECIMENTO DO PROBLEMA (20 pontos)**

No Conhecimento do Problema, a pontuação a ser atribuída no exame e avaliação da Proposta Técnica terá como nota máxima o correspondente a 20 (vinte) pontos, devendo a proponente demonstrar o conhecimento, sua visão e análise do objeto da presente licitação, através de uma abordagem sucinta e técnico-conceitual.

11.1.1. Os parâmetros de avaliação do Conhecimento do Problema estão apresentados a seguir:

Item	Descrição	Nota Máxima (Pontuação)
1	Situação Atual dos Empreendimentos Rodoviários	4
2	Programas Ambientais (objetivos, cronograma, possíveis impactos, medidas mitigadoras, resultados esperados)	8
3	Dificuldades Potenciais dos Trabalhos	8
TOTAL CONHECIMENTO DO PROBLEMA		20

11.2. **PLANO DE TRABALHO (20 pontos)**

11.2.1. O Plano de Trabalho será avaliado atribuindo-se até 20 (vinte) pontos, devendo a proponente apresentar seus métodos e sistemas de trabalho, sobre atividades necessárias para execução dos serviços em licitação, sintetizadas através de fluxograma específico, sobre as metodologias que serão utilizadas em cada uma das atividades capazes de refletir os serviços necessários à execução satisfatória dos estudos e projetos, finalizando sobre a estrutura de apoio técnico-administrativo que será utilizado na execução do projeto, abrangendo escritórios, veículos e equipamentos e organograma contendo a discriminação dos vários setores e seus responsáveis.

Item	Descrição	Nota Máxima (Pontuação)
1	Relação e Definição das Atividades	10
2	Apoio Gerencial	6
3	Organização Técnico-Administrativa	4

TOTAL PLANO DE TRABALHO	20
--------------------------------	-----------

11.3. CAPACIDADE TÉCNICA DA PROPONENTE (20 pontos)

11.3.1. Neste quesito será avaliada a qualificação técnico-operacional da licitante, que deverá ser comprovada através de certidão(ões) ou atestado (s). As Certidões de Acervo Operacional (CAO)s deverão ser emitidas em nome da empresa licitante, devidamente registrado no CREA ou CAU conforme previsto no inciso II do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução n.º 1.137/2023 - CONFEA ou Conselho Profissional competente.

11.3.2. Caso a licitante apresente a CAO que contemple a Execução de Programas Ambientais e Elaboração de Plano Básico Ambiental ou Programas Ambientais será atribuída a pontuação em ambos os quesitos.

Número de Atestados - Licitantes	Pontuação	
	Execução de Programas Ambientais para Obras Rodoviárias	Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA ou Programas Ambientais para Obras Rodoviárias
1	2	2
2	5	5
≥ 3	10	10

11.4. CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA (40 pontos)

11.4.1. Neste quesito será avaliada a Capacidade Técnica dos profissionais, que deverá ser comprovada através de certidão(ões) ou atestado (s). As Certidões de Acervo Técnico (CAT)s deverão ser emitidas em nome do profissional, devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme previsto no inciso II do art. 67 da Lei n.º 14.133/2021 e da Resolução n.º 1.137/2023 - CONFEA ou Conselho Profissional competente..

11.4.2. Para os profissionais técnicos é exigida declaração que os mesmos tomaram conhecimento de todas as informações e das condições do local para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

11.4.3. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Os profissionais indicados nas Declarações de Responsabilidade Técnica deverão, obrigatoriamente, comprovar a condição de vínculo com a empresa licitante, na assinatura do contrato, em uma das seguintes condições:

- a) por contrato de prestação de serviço celebrado de acordo com a legislação civil, ou;
- b) por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho ou cópia do Registro de Empregados, no caso de empregado da licitante, ou;
- c) por meio do Contrato Social da Empresa ou Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, para o sócio ou proprietário.

11.4.4. Além disso, deverá ser apresentada no ato da apresentação das propostas registro ativo do profissional no conselho de classe regional bem como a comprovação do vínculo empregatício junto à empresa Licitante.

11.4.5. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

11.4.6. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.4.7. Na avaliação qualitativa, cada profissional pontuará em apenas uma faixa de tempo de atuação, considerando-se, para fins de contagem, o atestado ou certidão de data mais remota. Para as funções que exijam especialização, a documentação comprobatória apenas será considerada se for relativa ao período posterior à obtenção do título. A pontuação máxima permitida neste critério é de 24 pontos.

Profissional	Tempo de Atuação - T (anos)	Pontuação
Coordenador	$T \leq 5$	2
	$5 < T \leq 10$	4
	$10 < T < 12$	5
	$T \geq 12$	6
Engenheiro Civil	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Engenheiro Ambiental	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Engenheiro Florestal	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Biólogo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2

	$T \geq 10$	3
Geólogo ou Geotécnico	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3
Geógrafo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
	$T \geq 10$	3

11.4.8. Para o critério quantitativo será contado os atestados de acordo com cada especialidade e comprovação exigida e cada profissional pontuará em apenas uma faixa de quantidade. A pontuação máxima permitida neste critério é de 16 pontos.

Profissional	Quantidade	Pontuação
Coordenador - Serão aceitos atestado e/ou certidão em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou co-Responsável Técnico ou Engenheiro Coordenador ou Engenheiro Supervisor.	1	1
	2	2
	3	3
	≥ 4	4
Engenheiro Civil - Serão aceitos atestados em que o profissional tenha exercido as funções de Responsável ou co-Responsável Técnico ou Engenheiro Supervisor ou Engenheiro Residente	1	1
	≥ 2	2
Engenheiro Ambiental - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Supervisão Ambiental de Obras Rodoviárias e/ou Gerenciamento Ambiental de Obras Rodoviárias e/ou Elaboração de Plano Básico Ambiental - PBA para Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Engenheiro Florestal - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Programas Ambientais de Obras Rodoviárias e/ou Monitoramento Ambiental de Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Biólogo - Serão aceitos atestados e/ou certidões em que o especialista indicado tenha exercido a função de Responsável ou co-Responsável Técnico em Programas Ambientais de Obras Rodoviárias e/ou Monitoramento Ambiental de Obras Rodoviárias.	1	1
	≥ 2	2
Geólogo ou Geotécnico	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2
Geógrafo	$T \leq 5$	1
	$5 < T < 10$	2

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1. O critério de seleção da CONTRATADA adotará a melhor combinação técnica e preço. Será considerada vencedora a empresa que obtiver a maior pontuação, numa escala de 0 a 100 pontos. A análise e o julgamento da Capacitação Técnica serão procedidos por banca designada para esse fim composta de pelo menos 3 (três) membros que devem ser servidores efetivos pertencentes aos quadros permanentes do DER/DF, conforme preconiza o Art. 37 da Lei n.º 14.133/21, que poderá se valer do auxílio de profissionais que detenham expertise na área. As propostas técnicas das empresas licitantes serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições de habilitação, estabelecidas no Edital e seu(s) Anexo(s). Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme instruções constantes neste Projeto Básico. A pontuação final será calculada utilizando-se a fórmula:

$$NF = 0,5NPT + 0,5NPP$$

Onde:

NF = Nota Final

NPT = Nota da Proposta Técnica

NPP = Nota da Proposta de Preços

12.1.1. A pontuação final será arredondada até os centésimos de acordo com a regra definida pela norma da NBR 5891/ABNT – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

12.2. Pontuação da Proposta Técnica

12.2.1. A nota da proposta técnica (NPT), variando de 0 a 100 pontos, será atribuída pela comissão nomeada pelo DER/DF, atendo-se ao critério apresentado no item anterior.

12.3. Pontuação da Proposta De Preços

- 12.3.1. A nota da proposta de preços será calculada de acordo com a fórmula:
 $NPP = 100 * N1 / N2$
Onde:
NPP = Nota da Proposta de Preços;
N2 = Valor da Proposta de Preços da Proponente;
N1 = Valor da proposta com menor preço, consideradas as propostas de preços apresentadas pelas licitantes que não forem desclassificadas.
- 12.3.2. Será desclassificada a empresa licitante que apresentar proposta de preço com valor superior ao do orçamento elaborado pela DER/DF.
- 12.3.3. As notas calculadas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a regra definida pela norma NBR 5891/ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O preço estimado total da contratação, conforme o Orçamento (193093208), é de **R\$ 2.934.683,82 (dois milhões, novecentos e trinta e quatro mil seiscientos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos)**, data-base da tabela referencial é 01/10/2025 e data para reajustamento dos preços inicialmente contratados é 08/01/2026.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão pelas seguintes dotações:
- 14.1.1. Gestão/Unidade: 20202 – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF
- 14.1.2. Fonte de Recursos: 335 - Operação de Crédito
- 14.1.3. Programa de Trabalho: 26.782.6210.1226.0002 - Compensação Ambiental - DER/DF
- 14.1.4. Elemento de Despesa: 449051
- 14.1.5. Informamos que tal previsão consta no PCA de 2026 sob o código do item 3.3.90.39.05.00.018.43749 - Execução dos Planos Básicos Ambientais (PBA) aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte - TTN e Ligação Torto-Colorado - LTC.

15. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

DESCRIÇÃO	SETOR	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	ITENS
Área Demandada	SUTEC	Paulo Costa Fernandes	Elaboração	1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12
Adequação Orçamentária	COPLAN	Isabella Cristina Fernandes da Silva	Elaboração	14
Estimativas de Custos	GEORC	Marcos Rodrigues Félix	Elaboração	1.5 - 8.7 - 13

APÊNDICE DO ANEXO VII
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - DER-DF/PRESI/SUTEC/DIMAM/GELMR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP de ID 144924608** tem a finalidade de fornecer os elementos técnicos compreendendo as justificativas, os requisitos mínimos (objetivos, cronogramas, possíveis impactos, medidas mitigadoras e benefícios a serem alcançados), os quantitativos e o orçamento com vistas à licitação da contratação de empresa prestadora de serviços para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte - TTN e Ligação Torto-Colorado - LTC.

O TTN é um empreendimento rodoviário que abrange as Regiões Administrativas de Brasília (RA-I) e do Lago Norte (RA-XVIII) e está localizado entre o entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003 (Balão do Torto), com extensão aproximada de 2,5 quilômetros (Figura 1). O Projeto de Engenharia compreendeu: remodelação da Ponte do Braghetto; reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 2,1 km da rodovia DF-007 (Estrada Parque Torto - EPTT), no trecho compreendido entre a DF-002 e o entroncamento com a DF-003/BR-450 (Balão do Torto); reabilitação de pavimentos e adequação da capacidade de tráfego em 0,4 Km da rodovia DF-002 (Eixo Rodoviário Norte - ERN), no trecho compreendido entre o seu entroncamento com a DF-007 (Ponte do Braghetto) até o acesso às vias W1/W3; obras de arte especiais, implantação de pistas marginais na DF-007 e ciclovias.

As principais obras executadas foram as vias marginais (Eixos L e W), alargamento do viaduto de acesso ao Lago Norte, duas novas pontes, treze novos viadutos e ciclovias. O objetivo dessas obras foi o equacionamento dos problemas de tráfego existentes no local, com solução semelhante à utilizada no sistema viário na extremidade do Eixo Rodoviário Sul - ERS (Trevo de Triagem Sul - TTS) proporcionando benefícios à população, tais como: duplicação da capacidade do tráfego, eliminação de pontos de conflito, duplicação da Ponte do Braghetto e ligação direta entre a saída norte e a via W3.

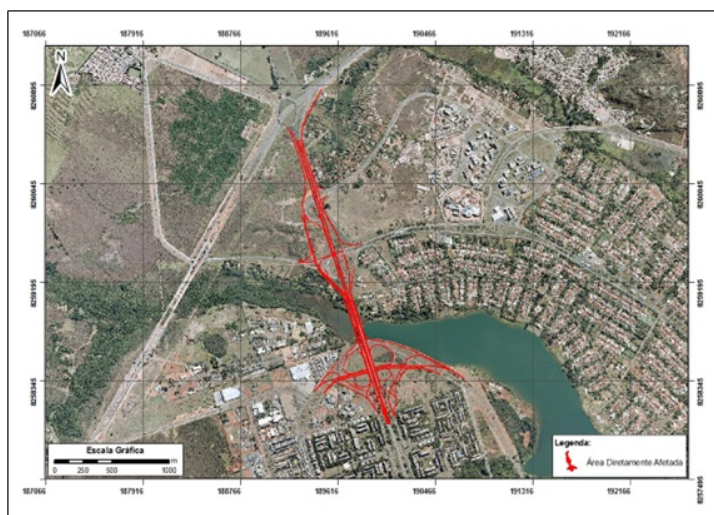


Figura 1 - Área diretamente afetada pelo empreendimento (Fonte: EIA/RIMA).

O LTC é um empreendimento rodoviário que abrange obras de reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA (DF-003) e está localizado na rodovia DF-003 entre os viadutos do Torto e do Colorado, com extensão aproximada de 5,2 km (Figura 2). O Projeto de Engenharia compreendeu: terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, obras de arte especiais e complementares. A rodovia implantada tem seção transversal constituída de duas pistas separadas por barreira física tipo F de concreto, com três faixas de tráfego por sentido com 3,50 m, acostamentos externos de 2,50 m, acostamentos internos com 1,20 m e espaços para drenagem com 1,00 m de largura. No Balão do Colorado foi priorizada a ligação da DF-150 e DF-003 através do Ramo "D", em detrimento da ligação Sobradinho/DF-001 na utilização da nova pista. Os movimentos provenientes de Sobradinho/DF-001 foram dirigidos prioritariamente para a DF-003 (EPIA).

A DF-003, no trecho entre o Balão do Torto e o Balão do Colorado, faz a conexão entre a região norte do DF e o Plano Piloto, permitindo ainda a conexão entre as rodovias BR-010/020/030 e as rodovias BR-040/050, constituindo-se na espinha dorsal do sistema de tráfego do Distrito Federal. Essa rodovia absorve atualmente a demanda de tráfego de Planaltina, Sobradinho I e II, Condomínios do Grande Colorado e entorno e de quem utiliza a DF-003 para outros Estados. As adequações geométricas foram executadas para viabilizar as conexões com a nova pista nos Balões do Torto e Colorado e também a restauração dos pavimentos das pistas de rolamento e dos acostamentos.

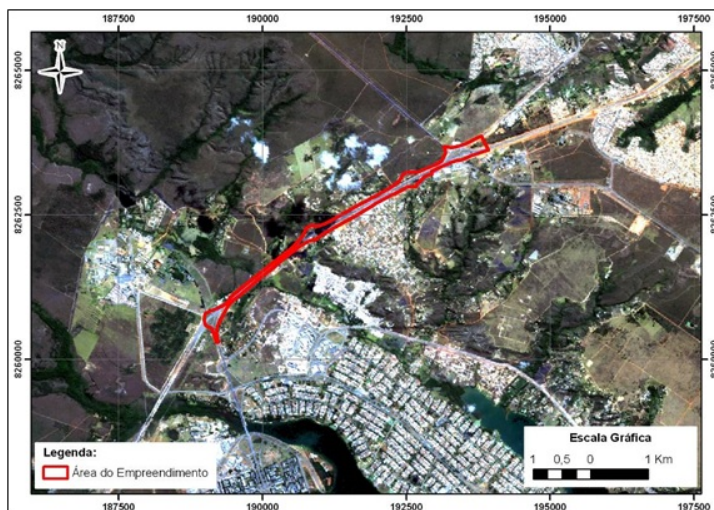


Figura 2 - Área diretamente afetada pelo empreendimento (Fonte: EIA/RIMA).

Os Planos Básicos Ambientais (PBAs) do TTN (ID 148536284; 146296178; 146298464) e do LTC (ID 146296094) foram acatados pelo Brasília Ambiental - IBRAM/DF (órgão licenciador), sendo que alguns dos programas aceitos já foram concluídos pelo DER/DF na fase de Licença de Instalação (LI) dos empreendimentos.

Logo, o presente Estudo Técnico Preliminar refere-se a execução dos Programas detalhados nos PBAs em atendimento as condicionantes estabelecidas nas Licenças de Operação (LOs), a saber:

- a) Trevo de Triagem Norte - LO n.º 136/2023 de ID 126046621;
- b) Ligação Torto-Colorado - LO n.º 068/2022 de ID 88196114.

Dessa forma, a principal justificativa da contratação de empresa prestadora de serviços técnicos para a execução dos PBAs é a obrigatoriedade do cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais dos empreendimentos rodoviários em questão.

2. PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO PLURIANUAL DO DER/DF (PPA 2024/2027)

A contratação de empresa prestadora de serviços técnicos para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários denominados TREVO DE TRIAGEM NORTE - TTN e LIGAÇÃO TORTO-COLORADO - LTC, tem sua previsão contemplada no **PPA 2024/2027 na Ação Orçamentária n.º 1226 – Compensação Ambiental – DER/DF**.

Destacamos ainda o **Programa de Trabalho n.º 26.782.6210.1226.0002 – Compensação Ambiental – DER-DF**, presente na Lei Orçamentária de 2024.

3. REQUISITOS MÍNIMOS DAS SOLUÇÕES (OBJETIVOS E CRONOGRAMAS)

A solução de contratação de empresa com capacidade técnica para executar os Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) dos Complexos Viários do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto Colorado (LTC) visa o atendimento das condicionantes estabelecidas na LO n.º 136/2023 de ID 126046621 e LO n.º 68/2022 de ID 88196114, bem como o controle e o monitoramento ambiental, a fim de evitar, mitigar e/ou compensar os impactos negativos inerentes às obras rodoviárias. Dessa forma, serão necessárias ações a serem implementadas para o alcance dos seguintes objetivos:

3.1. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - TREVO DE TRIAGEM NORTE (ID 148536284; 146296178; 146298464)

3.1.1. Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos

Objetivos - O escopo do Programa é realizar o monitoramento regular dos corpos hídricos diretamente afetados pela obra do TTN, no intuito de evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais. Os objetivos específicos são: a) monitorar a qualidade das águas dos corpos hídricos, conforme a Resolução CONAMA n.º 357/2005 e demais instruções técnicas existentes; b) utilizar indicadores que possibilitem a escolha das melhores alternativas para prevenir e/ou mitigar prováveis impactos causados aos corpos hídricos; c) monitorar a eficiência das medidas adotadas e estabelecer diretrizes para sua otimização, caso necessário; d) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento.

Cronograma - Executar, no prazo de 2 anos, a partir da concessão da LO, abrangendo as ações apresentadas no PBA. Deverão ser executadas campanhas semestrais, sendo uma na estação seca e a outra na estação chuvosa, devendo considerar os pontos de coleta propostos pelo PBA, com o envio de relatórios anuais. Quando do término das atividades, deverá ser apresentado um relatório final consolidando as ações executadas.

3.1.2. Programa de Monitoramento de Processos Erosivos

Objetivos - O monitoramento de processos erosivos observará, além do trecho de implantação da obra, as áreas de canteiros, caminhos de serviço, áreas de empréstimo e bota-fora. Os objetivos específicos são: a) promover a proteção adequada dos solos expostos, reduzindo o carreamento de sedimentos para os corpos hídricos; b) mapear as áreas que apresentem sulcos ou ravinas, avaliando estruturas de recebimento de fluxo e bacias de sedimentação naturais e/ou implantadas; c) mapear potenciais erosões, incrementando sugestões de práticas de contenção e reparação de dano.

Cronograma - Executar ao longo de toda operação do empreendimento, abrangendo as ações apresentadas pelo PBA. Entretanto, o referido programa deve ser alterado no que tange à periodicidade de execução das campanhas na fase de operação, que passa a ser mensal, e ao envio de relatórios anuais detalhando as ações implementadas, bem como no que tange ao horizonte de execução, que deve se prolongar por toda a fase operacional do empreendimento.

3.1.3. Programa de Compensação Ambiental

Objetivos - O escopo desse Programa é acompanhar a implementação das medidas compensatórias exigidas pelas legislações específicas. Os objetivos específicos são: a) acompanhar e apoiar a implementação da compensação ambiental; b) acompanhar e apoiar a implementação da compensação florestal.

Cronograma - Executar pelo período de 2 anos a partir da concessão da LO. Conforme ações previstas no PBA devem ser executadas campanhas semestrais, totalizando 04 campanhas, com a apresentação de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final.

3.1.4. Plano de Monitoramento da Fauna

Objetivos - O escopo desse Programa é o monitoramento da fauna localizada na área de influência do TTN. Os objetivos específicos são: a) realizar o monitoramento do atropelamento de fauna; b) propor ações de prevenção e/ou mitigação deste impacto; c) estabelecer pontos de monitoramento para comparações durante a fase de operação do empreendimento para verificação do real impacto ocorrido à fauna; d) abordar a Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento e o conectivo do ribeirão Bananal com o Parque Nacional de Brasília - PNB.

Cronograma - Executar, pelo período de 2 anos, a partir da concessão da LO. Conforme ações previstas no PBA devem ser executadas campanhas semestrais, levando-se em conta a sazonalidade climática (período seco e chuvoso), com o envio de relatório anual, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final.

3.1.5. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Objetivos - O escopo desse Programa é realizar o monitoramento do cumprimento das condicionantes, exigências e restrições contidas na LO n.º 136/2023 - IBRAM/DF, mediante o acompanhamento do processo de licenciamento ambiental. Os objetivos específicos são: a) monitorar e acompanhar o atendimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento do TTN; b) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento.

Cronograma - Executar conforme ações previstas no PBA ao longo de toda operação do empreendimento, ou seja, campanhas semestrais deverão ser executadas e envio de relatórios anuais.

3.2. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - LIGAÇÃO TORTO COLORADO (ID 146296094)

3.2.1. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Recursos Hídricos

Objetivos - O Programa tem o objetivo de monitorar a qualidade da água dos cursos d'água afetados diretamente pela implantação do LTC, permitindo a adoção de medidas que assegurem a manutenção da sua qualidade. Os objetivos específicos são: a) monitorar a qualidade das águas dos corpos hídricos, de acordo com a Resolução CONAMA n.º 357/2005 e demais instruções técnicas existentes; b) utilizar indicadores que possibilitem a escolha das melhores alternativas para prevenir e/ou mitigar impactos causados aos corpos hídricos; c) monitorar a eficiência das medidas adotadas e estabelecer diretrizes para sua otimização, caso necessário; d) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento viário.

Cronograma - Executar pelo período de 2 anos após a conclusão das obras de melhorias do sistema de drenagem pluvial estabelecidas na Condicionante n.º 3 da LO. Conforme as ações apresentadas pelo PBA devem ser executadas campanhas semestrais considerando os pontos de coleta propostos no PBA, com o envio de relatórios anuais. Quando do término das atividades deverá ser apresentado um relatório final.

3.2.2. Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos

Objetivos - Após identificação das causas e/ou motivos será possível mobilizar uma equipe capaz de tomar decisões no que se refere à aplicabilidade dos métodos de mitigação e correção. Os objetivos específicos são: a) identificar e mapear os focos erosivos, além de pontos com elevada suscetibilidade à erosão; b) monitorar a evolução dos focos erosivos cadastrados e verificar a necessidade de intervenção; c) promover o direcionamento de medidas de prevenção a serem aplicadas na contenção de taludes e encostas e na proteção contra o desencadeamento de processos erosivos; d) avaliar a necessidade da revegetação de cortes e aterros em perfis de solo para garantir maior estabilidade.

Cronograma - Executar ao longo de toda operação do empreendimento, abrangendo as ações apresentadas no PBA. Entretanto, o programa deve ser alterado no que tange à periodicidade de execução das campanhas na fase de operação que devem ser mensais e o envio de relatórios anuais detalhando as ações implementadas, bem como no que tange ao horizonte de execução que deve se prolongar por toda a fase operacional do empreendimento.

3.2.3. Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna

Objetivos - O monitoramento de fauna permite acompanhar, documentar e averiguar a magnitude dos impactos causados pela implantação e operação de empreendimentos rodoviários sobre as comunidades faunísticas e espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas e bioindicadoras. Dessa forma, o objetivo deste Programa é o monitoramento do atropelamento da fauna no trecho do LTC. Os objetivos específicos são: a) realizar o monitoramento do atropelamento de fauna; b) propor ações de prevenção e/ou mitigação; c) estabelecer pontos de monitoramento para comparações durante a fase de operação do empreendimento para verificação do real impacto ocorrido à fauna.

Cronograma - Executar pelo período de 2 anos a partir da concessão da LO, conforme ações previstas no PBA, devem ser executadas campanhas semanais, totalizando 96 campanhas, com a apresentação de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas.

3.2.4. Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UCs

Objetivo - O Programa tem o objetivo fortalecer as bases de atuação dos programas de monitoramento das UCs de Proteção Integral que se encontram atingidas, mesmo que em sua Zona de Amortecimento, ou seja, o Parque Nacional de Brasília e a Reserva Biológica da Contagem.

Cronograma - Executar pelo período de 2 anos a partir da concessão da LO. Conforme ações previstas no PBA devem ser executadas campanhas semestrais, totalizando 04 campanhas com o envio de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final.

3.2.5. Programa de Acompanhamento da Recuperação de Áreas Degradadas e de Paisagismo

Objetivo - O Programa tem por escopo a recomposição do equilíbrio das áreas desestabilizadas com a implantação do empreendimento, por meio da adoção de técnicas agrônômicas e florestais de plantio e de manejo do solo, de maneira a proporcionar suas recuperações ambientais.

Cronograma - Executar conforme ações previstas no PBA, pelo período de 2 anos a partir da concessão da LO, deverão ser executadas campanhas semestrais, totalizando 04 campanhas, com o envio de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas.

3.2.6. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Objetivos - O escopo desse Programa é realizar o monitoramento do cumprimento das condicionantes, exigências e restrições contidas na LO n.º 068/2022 de ID 88196114, mediante o acompanhamento do processo de licenciamento ambiental. Os objetivos específicos são: a) monitorar e acompanhar o atendimento das condicionantes estabelecidas no licenciamento do LTC; b) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento.

Cronograma - Executar conforme ações previstas no PBA ao longo de toda operação do empreendimento, ou seja, campanhas semestrais deverão ser executadas e envio de relatórios anuais.

3.2.7. Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial, conforme documento SEI 54437303 (ID 19059232)

Inter-relação com os Programas de Monitoramento dos Recursos Hídricos, de Processos Erosivos, de Paisagismo e de Recuperação de Áreas Degradadas.

4. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

As Licenças de Operação dos Complexos Viários do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC) estabelecem a necessidade de execução de Programas propostos nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) aprovados pelo órgão competente (IBRAM/DF). Os Programas possuem periodicidades definidas e ao término de cada campanha serão gerados relatórios com as informações pertinentes ao período monitorado.

Considerando que o DER/DF não dispõe de equipe técnica suficiente foi adotada a solução de contratação de empresa de consultoria especializada para a execução e o acompanhamento dos Programas previstos nos PBAs. Dessa forma, a contratação de empresa visa a garantia da conformidade legal e ambiental desses empreendimentos rodoviários, dadas as limitações de recursos e capacidades do DER/DF.

É importante ressaltar que, a empresa contratada deverá manter uma equipe tecnicamente qualificada e disponibilizar os equipamentos de proteção individual (EPIs) para atender as demandas das ações necessárias e dos serviços de execução dos Programas detalhados nos PBAs dos empreendimentos em questão, bem como o cumprimento dos objetivos/metabol e dos prazos buscando a maior economicidade e obedecendo rigorosamente as normas técnicas e legislações vigentes.

5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Os Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC) foram inicialmente propostos nos respectivos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) aprovados pelo IBRAM/DF. No EIA/RIMA foram identificados os potenciais impactos nas etapas de implantação e operação dos empreendimentos, sendo que para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos foram propostas ações a serem executadas na forma de programas específicos.

A contratação de empresa prestadora de serviços para execução dos PBAs do TTN e do LTC, em atendimento às condicionantes listadas no Item 10 deste Estudo Técnico Preliminar - ETP, é justificada especialmente considerando a falta de equipamentos/materiais e de pessoal por parte do DER/DF.

Os serviços técnicos objeto da contratação estão dentro da padronização seguida pelo DER/DF, conforme as especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do SICRO/SINAPI. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no SICRO/SINAPI e do presente ETP prevalecem estas últimas.

A existência de várias empresas prestadoras de serviços no mercado, assim como a prática comum da solução escolhida descaracterizam a necessidade de audiência e/ou consulta pública para coletar contribuições.

6. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

A equipe técnica deverá ter, no mínimo, a seguinte composição de profissionais sêniores:

- 1 Coordenador Geral (profissional registrado no CREA);
- 1 Engenheiro Florestal;
- 1 Engenheiro Ambiental;
- 1 Geólogo;
- 1 Geógrafo;
- 2 Biólogo;
- 1 Auxiliar de Escritório;
- 1 Técnico Ambiental.

Os quantitativos foram elaborados com base no cronograma para execução das campanhas apresentado no documento SEI: ID 98200400.

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E DA LIGAÇÃO TORTO COLORADO (LTC)	
RESUMO DA EQUIPE TÉCNICA	
Local: Trevo de Triagem Norte e DF-003 (Trecho compreendido entre os viadutos do Torto e do Colorado)	
Tabela Referencial: Consultoria DNIT	

DISCRIMINAÇÃO					
A - EQUIPE TÉCNICA					
A1 - Coordenação					
A2 - Equipe Trevo de Triagem Norte					
A3 - Equipe Torto/Colorado					
B - VEÍCULOS					
C - DESPESAS GERAIS					
D - ANÁLISE DE ÁGUA					

Atividade	Descrição	Quantidade		
		Quantidade de Profissionais	Alocado/Mês	Quantidade/Mês
Coordenação Geral	Coordenador Geral	1	0,5	24
	Engenheiro Civil Residente	1	0,5	24
	Desenhista (Cadista)	1	0,5	24
	Auxiliar de Escritório	1	0,5	24

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS VIÁRIOS											
A. EQUIPE (TTN)											
			Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT					Mês base: JUL/2022			
Atividade	Descrição	Código	Quantidade				Salário / Mês	Total			Total
			Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês					
			a	b	c	d=(a*b*c)/220	d	e=c*d			
Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos	Engenheiro Ambiental (Sênior)	P8059	1	80	4	1,45					
	Técnico Ambiental	P8143	1	40	4	0,73					
Programa de Compensação Ambiental e Florestal	Engenheiro Florestal (Sênior)	P8070	1	80	4	1,45					
Programa de Monitoramento de Fauna	Biólogo Sênior	P8034	1	120	4	2,18					
	Biólogo Pleno	P8033	3	120	4	6,55					
	Auxiliar de Campo	P8025	4	40	4	2,91					
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora	Geólogo ou Geotécnico (Sênior)	P8082	1	120	8	4,36					
	Técnico Ambiental	P8143	1	120	8	4,36					
Programa de Monitoramento do Comprimento de Condicionantes	Geógrafo (Sênior)	P8053	1	120	4	2,18					
Total Equipe Técnica											

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS VIÁRIOS											
A. EQUIPE (LTC)											
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT									Mês base: JUL/2022		
Código	Quantidade				Salário / Mês		Total				
	Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês							
	a	b	c	d = (a*b*c)/220	d		e = c*d				
P8059	1	80	4	1,45							
P8143	1	40	4	0,73							
P8070	1	80	4	1,45							

P8034	1	120	4	2,18					
P8033	3	120	4	6,55					
P8025	4	40	4	2,91					
P8082	1	120	8	4,36					
P8143	1	120	8	4,36					
P8053	1	120	4	2,18					
Total Equipe Técnica									

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS VIÁRIOS							
B. Veículos (TTN)							
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT					Mês base: JUL/2022		
Tipo de Veículo	Código	Quantidade de Veículos	Hora/Dia	Dias	Mês	Custo Horário	Total (R\$)
		A	B	C	D	E	F = AxBxCxDxE
Veículo van - Tipo furgão (Com motorista)	E8887	1	4,00	22,00	24,00		
				Total Veículos			

Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT.

7. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A aplicação de ações voltadas para a gestão ambiental das obras do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC) visa à redução dos impactos ambientais, com o foco final na melhoria das condições operacionais e de segurança. Neste contexto, a partir da identificação e classificação dos prováveis impactos foram relacionados e detalhados os Programas para a serem executados na área de influência direta desses empreendimentos rodoviários, a saber:

7.1. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - TREVO DE TRIAGEM NORTE (ID 148536284; 146296178; 146298464)

7.1.1. Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos

Possíveis impactos - O monitoramento da qualidade das águas dos corpos hídricos superficiais interceptados pelo TTN é um instrumento essencial para a gestão de medidas de controle ambiental dos impactos causados por este tipo de empreendimento. O fato do TTN se encontrar inserido na APA do Lago Paranoá e influenciar diretamente o referido Lago, reforça a importância de se estabelecer um monitoramento para os recursos hídricos superficiais. O Lago Paranoá é fundamental para a manutenção da qualidade de vida da população do DF e abriga uma grande diversidade de vida representada por espécies da fauna e flora nativa e exótica. Qualquer alteração em seu equilíbrio pode acarretar diversos efeitos negativos de abrangência regional.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) realizar campanhas trimestrais dos corpos hídricos superficiais interceptados pelo TTN; b) identificar os impactos ambientais causados pela obra sobre os corpos hídricos, caso ocorram; c) adotar medidas adequadas para a manutenção da qualidade das águas dos corpos hídricos; d) acompanhar, estudar e discutir a variação dos parâmetros físico-químicos analisados, caso ocorram.

7.1.2. Programa de Monitoramento de Processos Erosivos

Possíveis impactos - O monitoramento de processos erosivos é atividade imprescindível no controle de obra onde ocorra qualquer alteração da paisagem, seja por terraplenagem, impermeabilização ou mesmo pela supressão da vegetação. A caracterização geomorfológica da região onde se insere o TTN sugere susceptibilidade erosiva dos solos com riscos de sedimentação do Lago Paranoá (Fonte: EIA/RIMA). Os processos erosivos, em suas diversas fases de desenvolvimento, são responsáveis por danos estruturais em obras rodoviárias, os quais comprometem a qualidade do serviço, expondo, à sedimentação, os corpos hídricos a jusante, e a riscos previsíveis, os usuários do sistema.

Medidas mitigadoras - A identificação de processos erosivos, logo no início, permite a tomada de decisão efetiva com consequente proteção do usuário, da estrutura da obra, dos corpos hídricos, do solo exposto, da estética paisagística e da imagem sócio ambiental do empreendedor. As principais medidas de controle são: a) execução de monitoramento visual; b) execução de monitoramento visual após picos de chuva; c) mapear áreas de susceptibilidade erosiva a partir de levantamentos de campo indicando medidas de contenção e proteção do solo; d) monitorar os solos expostos de forma a mitigar os efeitos das intempéries, promovendo o controle do escoamento superficial; e) estudo das medidas de proteção contra a erosão laminar e erosão concentrada; f) monitorar a evolução dos processos erosivos identificados.

7.1.3. Programa de Compensação Ambiental

Possíveis impactos - As compensações (ambiental e florestal) constituem ferramentas integrante do processo de licenciamento e funcionam como uma contrapartida paga pelo empreendedor por significativos impactos causados ao meio ambiente, por ocasião da implantação de um empreendimento ou pela supressão de indivíduos arbóreos. As compensações têm como base instrumentos legais previstos na Lei Complementar n.º 827/2010, que cria o Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC), Instrução n.º 076/2010 - IBRAM/DF e os Decretos Distritais n.ºs 14.783/1993 e 23.585/2003, que dispõe sobre o tombamento de espécies arbóreo-arbustivas e a forma de compensação nos casos em que a supressão se mostra inevitável.

Medidas compensatórias - A principal medida é a implementação das compensações devidas pela instalação do TTN.

7.1.4. Plano de Monitoramento da Fauna

Possíveis impactos - O monitoramento de fauna permite acompanhar, documentar e averiguar a magnitude dos impactos causados pela operação do TTN, sobre as comunidades faunísticas e espécies ameaçadas de extinção, raras, endêmicas e bioindicadoras, presentes na região. Esse Programa acompanhará a história natural das espécies críticas em termos de conservação, sendo que este deverá ser realizado em longo prazo, de modo a se monitorar as mudanças sobre as comunidade e populações faunísticas.

Medidas mitigadoras - Os impactos causados sobre a fauna devem ser bem conhecidos para que se possam adotar medidas que garantam a proteção das espécies atingidas pelas obras, em diferentes escalas de tempo, magnitude e sazonalidade. As principais medidas de controle são: a) proteger a fauna presente na região evitando-se ou minimizando-se os efeitos gerados pela obra; b) identificar os possíveis impactos sobre a fauna local; c) agregar informações relevantes ao banco de dados sobre fauna existente para o DF, com ênfase para o conectivo formado com o ribeirão Bananal e o PNB; d) obter informações de campo sobre a composição e estrutura da fauna, nos diferentes habitats e com sazonalidade; e) reduzir o atropelamento de fauna na ADA do TTN e seu entorno.

7.1.5. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Possíveis impactos - O licenciamento é o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. No licenciamento são avaliados impactos causados pelo empreendimento, tais como: seu potencial ou sua capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco. Além disso, é por meio das licenças que são estabelecidas as condições para que o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) acompanhar e apoiar o cumprimento das condicionantes, exigências e restrições contidas na LO n.º 136/2023; b) reduzir a ocorrência de não conformidades quanto ao cumprimento das condicionantes; c) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento; d) estabelecer uma comunicação contínua e eficiente entre o empreendedor e os órgãos ambientais

intervenientes.

7.2. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - LIGAÇÃO TORTO COLORADO (ID 146296094)

7.2.1. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Recursos Hídricos

Possíveis impactos - Este Programa foi proposto para prevenir, controlar e/ou mitigar os impactos potenciais sobre os recursos hídricos interceptados pelo empreendimento viário, considerando o potencial modificador, em especial o monitoramento da qualidade da água, bem como o assoreamento de cursos d'água. O monitoramento da qualidade das águas visa o cumprimento das diretrizes preconizadas pela Resolução CONAMA n.º 357/2005, particularmente no que se refere ao controle dos parâmetros físicos, químicos e biológicos.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) realizar campanhas trimestrais e verificar a qualidade da água do córrego Açude e ribeirão do Torto nos pontos interceptados pela obra do LTC; b) identificar os impactos ambientais causados pela obra sobre os corpos hídricos, caso ocorram; c) proceder com ações de correção imediatamente à eventual verificação de inconformidade; d) acompanhar, estudar e discutir a variação dos parâmetros físico-químicos analisados, caso ocorram.

7.2.2. Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos

Possíveis impactos - A evolução de processos erosivos nas margens da rodovia pode causar danos à sua estrutura e colocar em risco a vida dos usuários, devido à possibilidade da ocorrência de acidentes de trânsito. Assim sendo, a implantação desse Programa visa à execução de medidas para minimizar o desenvolvimento de potenciais focos erosivos, bem como o controle dos focos existentes originados pela implantação do LTC.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) determinação dos locais com potencial a instalação de processos erosivos; b) identificar e eliminar os focos erosivos, por menores que sejam, e avaliar sua intensidade e mecanismo de propagação, bem como os passivos ambientais ao longo do trecho; c) reduzir a perda de solo e de outros materiais das áreas afetadas pela implantação da obra; d) impedir o carregamento de materiais particulados e inertes para áreas a jusante, em especial, ao córrego Açude e ribeirão do Torto.

7.2.3. Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna

Possíveis impactos - A implantação de obras de infraestrutura de grande porte pode gerar impactos durante e após estabelecimento do empreendimento. O levantamento dos dados faunísticos da região onde se insere a obra do LTC já foi amplamente abordado em diversos estudos contratados pelo DER/DF, entre eles: o EIA/RIMA da Ligação Torto/Colorado elaborado em 2013, o EIA/RIMA do BRT - Corredor Eixo Norte elaborado em 2013, e ainda, o Estudo Visando a Implementação de Medidas Concretas em Corredores Ecológicos sob Influência das Rodovias DF-001 e DF-003, no Entorno do Parque Nacional de Brasília elaborado em 2009. Nesses estudos são descritas e caracterizadas informações da mastofauna, herpetofauna, avifauna e ictiofauna, a fim de analisar os possíveis impactos ambientais ocorridos à fauna devido à implantação e operação de melhoramentos viários, além de propor ações de prevenção e/ou mitigação dos impactos identificados. Por isso, como já houve o detalhamento e a caracterização da fauna existente, faz-se necessário o levantamento e o monitoramento de um dos principais impactos proporcionados pela rodovia a esta fauna, que é o seu atropelamento.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) buscar a manutenção da integridade da fauna; b) contribuir para o aumento de informações científicas sobre o atropelamento da fauna do bioma Cerrado; c) reduzir o atropelamento de fauna na ADA do melhoramento viário Torto/Colorado e seu entorno.

7.2.4. Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UCs

Possíveis impactos - O monitoramento e a proteção de UCs são ferramentas essenciais de gestão das áreas legalmente protegidas. Essas medidas estão relacionadas no conjunto de objetivos estabelecidos no SNUC. Sendo o monitoramento um conjunto de atividades de longo prazo que favorece a avaliação de respostas de populações e ecossistemas às práticas de conservação e aos fatores externos, tais como: alteração de paisagem, mudança climática, exploração de recursos naturais. Assim, é necessário um acompanhamento dos impactos gerados pela operação do LTC para propor medidas mitigadoras dos danos gerados.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) produzir informação sobre os possíveis impactos gerados pela operação do LTC sobre as UCs afetadas diretamente; b) propor e direcionar medidas que minimizem os impactos; c) melhoramento dos padrões de proteção a partir do monitoramento de indicadores pré-definidos.

7.2.5. Programa de Acompanhamento da Recuperação de Áreas Degradadas e de Paisagismo

Possíveis impactos - A implantação de melhoramento viário, qualquer que seja sua dimensão, traz consigo uma série de problemas para o meio ambiente em todos os seus níveis podendo estar relacionado ao meio biótico, socioeconômico ou físico. A utilização dos recursos naturais para agregado é um exemplo de atividade geradora de impactos que advém com a implantação de empreendimento viário. Justifica-se, portanto, um programa destinado à recuperação de áreas degradadas e de paisagismo. Além disso, a implantação do paisagismo proporcionará não apenas uma melhora a beleza cênica da rodovia, mas também para cumprir com a função de proteger suas margens contra a formação de processos erosivos, além de contribuir com a recuperação das áreas degradadas e com a segurança de seus usuários.

Medidas mitigadoras - O Programa tem por meta o estabelecimento de procedimentos e medidas que adaptam a utilização e a reabilitação das áreas degradadas pelo empreendimento rodoviário, visando sempre que possível o uso original destas áreas, bem como proporcionar um projeto paisagístico bem sucedido, funcional e durável, de forma a requerer o mínimo de manutenção.

7.2.6. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Possíveis impactos - O licenciamento é o procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente para licenciar a instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos que utilizam recursos naturais, ou que sejam potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental. No licenciamento são avaliados impactos causados pelo empreendimento, tais como: seu potencial ou sua capacidade de gerar líquidos poluentes (despejos e efluentes), resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e o potencial de risco. Além disso, é por meio das licenças que são estabelecidas as condições para que o empreendimento cause o menor impacto possível ao meio ambiente.

Medidas mitigadoras - As principais medidas de controle são: a) acompanhar e apoiar o cumprimento das condicionantes, exigências e restrições contidas na LO n.º 068/2022; b) reduzir a ocorrência de não conformidades quanto ao cumprimento das condicionantes; c) propor medidas de caráter corretivo para as não conformidades observadas ao longo da operação do empreendimento; d) estabelecer uma comunicação contínua e eficiente entre o empreendedor e os órgãos ambientais intervenientes.

7.2.7. Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial, conforme documento SEI 54437303 (ID 19059232)

Inter-relação com os Programas de Monitoramento dos Recursos Hídricos, de Processos Erosivos, de Paisagismo e de Recuperação de Áreas Degradadas.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O orçamento foi elaborado em Julho/2023, com base na tabela de consultoria SICRO e atualizado pelo índice (consultoria, supervisão e projeto) da FGV/DNIT, Janeiro/2024, obtendo-se uma estimativa de valor, totalizando **R\$ 2.464.444,17**, conforme cálculo de reajuste de ID 145816614.

9. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

Os Planos Básicos Ambientais (PBAs) apresentam os detalhes das ações a serem adotadas para se evitar, minimizar e/ou mitigar os possíveis impactos causados pela implantação do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC). Em geral, as ações dos programas são interdependentes e requerem o monitoramento constante para que as diversas medidas associadas apresentem os resultados esperados destacados a seguir:

9.1. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - TREVO DE TRIAGEM NORTE (ID 148536284; 146296178; 146298464)

9.1.1. Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais causados na fase operação do empreendimento mediante a realização do monitoramento regular dos corpos hídricos diretamente afetados, especialmente quanto ao carregamento de sedimentos para o Lago Paranoá.

9.1.2. Programa de Monitoramento de Processos Erosivos

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais causados na fase operação do empreendimento mediante o atendimento ao exigido pelo licenciamento ambiental. O programa deverá ser desenvolvido em locais que mais favorecem a ocorrência de processos erosivos, tais como: taludes de corte e aterro; pontos de lançamento das redes de drenagem de águas pluviais; travessias de cursos d'água, devido à remoção da

vegetação e a construção de aterros; áreas com declividades acentuadas; locais onde já foram identificados processos erosivos em qualquer estágio de desenvolvimento; áreas com solos mais sensíveis a ocorrência de erosões; áreas de empréstimo; locais de instalação de canteiros de obras, demais áreas de apoio e de caminhos de serviço.

9.1.3. Programa de Compensação Ambiental

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se o atendimento ao exigido pelo licenciamento ambiental em relação às compensações ambiental e florestal.

9.1.4. Plano de Monitoramento da Fauna

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais causados na fase operação do empreendimento mediante a realização do monitoramento da fauna afetada. As seguintes informações deverão ser produzidas: i) lista de espécies de fauna da região, ressaltando as ameaçadas de extinção, raras, endêmicas e bioindicadoras; ii) efeito das obras sobre a fauna local; iii) proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos impactos que por ventura estejam influenciando negativamente a fauna; iv) dados relevantes sobre atropelamento de fauna na área em estudo, somando-se positivamente ao banco de dados existente no DF; v) proposição dos pontos de implantação de passagens de fauna; vi) redução do número de atropelamentos, mediante a implantação de passagens e de placas educativas ao longo do trecho do TTN.

9.1.5. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos causados na fase de operação do empreendimento mediante o atendimento ao exigido pelo licenciamento ambiental.

9.2. PLANO BÁSICO AMBIENTAL - LIGAÇÃO TORTO COLORADO (ID 146296094)

9.2.1. Programa de Monitoramento da Qualidade dos Recursos Hídricos

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais causados na fase de operação do empreendimento mediante a realização do monitoramento regular dos corpos hídricos diretamente afetados, especialmente o córrego Açude e ribeirão do Torto.

9.2.2. Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos ambientais causados na fase operação do empreendimento mediante o atendimento ao exigido pelo licenciamento ambiental. O programa deverá ser desenvolvido em locais que mais favorecem a ocorrência de processos erosivos, tais como: taludes de corte e aterro; pontos de lançamento das redes de drenagem de águas pluviais; travessias de cursos d'água, devido à remoção da vegetação e a construção de aterros; áreas com declividades acentuadas; locais onde já foram identificados processos erosivos em qualquer estágio de desenvolvimento; áreas com solos mais sensíveis a ocorrência de erosões; áreas de empréstimo; locais de instalação de canteiros de obras, demais áreas de apoio e de caminhos de serviço.

9.2.3. Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna

Resultados esperados: Com base nos resultados dos levantamentos dos atropelamentos será possível avaliar e propor diretrizes com as orientações para reduzir as taxas de atropelamento observadas, como também possibilitar a passagem da fauna nos corredores identificados em concordância com outras propostas de manejo e conservação da fauna silvestre.

9.2.4. Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UCs

Resultados esperados: Com a execução deste programa será possível subsidiar as medidas específicas a serem adotadas a cada UC e acompanhar e descrever os resultados obtidos com a compensação ambiental.

9.2.5. Programa de Acompanhamento da Recuperação de Áreas Degradadas e de Paisagismo

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se proporcionar a recuperação ambiental das áreas diretamente afetadas pela implantação do melhoramento viário, e com isso, minimizar os impactos ambientais gerados na fase de operação do empreendimento.

9.2.6. Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes

Resultados esperados: Com a execução desse Programa, espera-se evitar e/ou minimizar os possíveis impactos causados na fase de operação do empreendimento mediante o atendimento ao exigido pelo licenciamento ambiental.

9.2.7. Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial, conforme documento SEI 54437303 (ID 19059232)

Inter-relação com os Programas de Monitoramento dos Recursos Hídricos, de Processos Erosivos, de Paisagismo e de Recuperação de Áreas Degradadas.

10. DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO

10.1. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS DOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS

A contratação de empresa com capacidade técnica para executar os Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC) tem por objetivo o controle ambiental das áreas afetadas em cumprimento às condicionantes, exigências e restrições das Licenças de Operação, a saber:

LO n.º 136/2023 de ID 126046621 (TTN)

Condicionante 12 - Executar o Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos, pelo período de 2 anos a partir da concessão desta Licença, abrangendo as ações apresentadas pelo PBA. Deverão ser executadas campanhas semestrais, sendo uma na estação seca e a outra na estação chuvosa, devendo considerar os pontos de coleta propostos pelo PBA, com o envio de relatórios anuais. Quando do término das atividades, deverá ser apresentado um relatório final consolidando as ações executadas;

Condicionante 13 - Executar o Programa de Monitoramento de Processos Erosivos ao longo de toda operação do empreendimento, abrangendo as ações apresentadas pelo PBA. Entretanto, o referido plano deve ser alterado no que tange à periodicidade de execução das campanhas na fase de operação desse programa, que passa a ser mensal, e ao envio de relatórios anuais detalhando as ações implementadas, bem como no que tange ao horizonte de execução, que deve se prolongar por toda a fase operacional do empreendimento;

Condicionante 14 - Executar o Programa de Compensação Ambiental, pelo período de 24 meses a partir da concessão dessa Licença. Conforme ações previstas no PBA, serão executadas campanhas semestrais, totalizando 04 campanhas, com a apresentação de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas;

Condicionante 15 - Executar o Plano de Monitoramento da Fauna, pelo período de 24 meses a partir da concessão dessa Licença. Conforme ações previstas no PBA, devem ser executadas campanhas semestrais, levando-se em conta a sazonalidade climática (período seco e período chuvoso), com o envio de relatório anual, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas;

Condicionante 16 - Executar o Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes, conforme ações previstas no PBA. Ao longo de toda operação do empreendimento, abrangendo as ações apresentadas pelo PBA, deverão ser executadas campanhas semestrais e envio de relatórios anuais;

LO n.º 68/2022 de ID 88196114 (LTC)

Condicionante 6 - Executar o Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos, a partir da concessão desta Licença e seguindo por 2 anos após a conclusão das obras de melhorias do sistema de drenagem pluvial estabelecidas pela condicionante 03;

Condicionante 7 - Executar o Programa de Monitoramento de Processos Erosivos ao longo de toda operação do empreendimento, abrangendo as ações apresentadas pelo PBA, entretanto o referido plano deve ser alterado no que tange à periodicidade de execução das campanhas na fase de operação desse programa que devem ser mensais e o envio de relatórios anuais detalhando as ações implementadas, bem como no que tange ao horizonte de execução que deve se prolongar por toda a fase operacional do empreendimento;

Condicionante 8 - Executar o Monitoramento de Atropelamento de Fauna, pelo período de 24 meses a partir da concessão dessa Licença, conforme ações previstas no PBA, devem ser executadas campanhas semanais, totalizando 96 campanhas, com a apresentação de relatórios anuais, sendo que para o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas;

Condicionante 9 - Executar o Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UC's, pelo período de 24 meses a partir da concessão dessa Licença, conforme ações previstas no PBA, devem ser executadas campanhas semestrais, totalizando 04 campanhas, com o envio de relatório anuais, sendo que para

o término das atividades será apresentado um relatório final consolidando as ações executadas;

Condicionante 10 - Executar o Programa de Acompanhamento do Paisagismo/Recuperação de Áreas Degradadas, conforme ações previstas no PBA, pelo período de 24 meses a partir da concessão dessa Licença;

Condicionante 11 - Executar o Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial, conforme documento SEI 54437303;

Condicionante 12 - Apresentar relatórios anuais comprovando o cumprimento das condicionantes desta Licença de Operação.

10.2. ESTIMATIVA DOS VALORES E PRAZOS

10.2.1. Descrição dos serviços de Manutenção/Conservação

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos PBAs aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do TTN e do LTC em fase de operação.

10.2.2. Valores e Prazos para Manutenção/Conservação

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos PBAs aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do TTN e do LTC em fase de operação.

11. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Art. 40, III b) e § 3º - O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Baseando-se na análise do mercado, os gestores decidiram pelo não parcelamento do objeto, haja vista que essa opção não se demonstrou vantajosa do ponto de vista econômico e nem tampouco técnico. Compreende-se que o grau de complexidade da solução não justificaria a divisão, além de, eventualmente, ensejar em dificuldades operacionais e logísticas que poderiam comprometer o andamento de serviços e etapas interdependentes. Além disso, a divisão, neste caso não representaria a ampliação da competitividade ou melhor aproveitamento do mercado, pois há intercessão das condicionantes das obras.

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da execução dos PBAs aprovados pelo órgão ambiental competente permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

O parcelamento em vários contratos seria menos vantajoso para a Administração, pois resultaria em gestão de vários contratos e menor economia de escala. Assim, do ponto de vista da economicidade, o parcelamento não seria vantajoso.

12. DEMONSTRATIVO DE ECONOMICIDADE E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos PBAs aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do TTN e do LTC em fase de operação.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. AUTORIZAÇÃO, LICENCIAMENTO E OUTORGAS

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade a contratação de empresa para prestação dos serviços técnicos de execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) aprovados no âmbito dos processos de licenciamento ambiental dos Complexos Viários do Trevo de Triagem Norte - TTN e da Ligação Torto-Colorado - LTC, em cumprimento as condicionantes estabelecidas nas respectivas Licenças de Operação (LO), a saber: Trevo de Triagem Norte (TTN) - LO n.º 136/2023 de ID 126046621; e Ligação Torto-Colorado (LTC) - LO n.º 68/2022 de ID 88196114. Deve-se ressaltar que os dois empreendimentos de engenharia rodoviária possuem outorgas emitidas pela ADASA/DF.

13.2. CONSULTAS EXTERNAS DE INTERFERÊNCIAS

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos Planos Básicos Ambientais (PBAs) aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do Trevo de Triagem Norte - TTN e da Ligação Torto-Colorado - LTC em fase de operação, e por tanto, não há novos pontos de interferências.

13.3. DESAPROPRIAÇÃO/DESAFETAÇÃO

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos PBAs aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do TTN e do LTC em fase de operação.

13.4. NECESSIDADE DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Não se aplica. Haja visto trata-se de execução dos PBAs aprovados no âmbito dos processos de licenciamento dos Complexos Viários do TTN e do LTC em fase de operação.

13.5. NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO

Não se aplica. Há no quadro do DER-DF servidores capacitados para tais funções.

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

14.1. NECESSIDADE DE SUPERVISORA

Não se aplica.

14.2. OUTRAS CONTRATAÇÕES

Não se aplica.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Para este objeto, sob proposta da Superintendência Técnica (SUTEC/DER-DF), o contrato poderá em regime de responsabilidade solidária, subcontratar parte do serviço, até o limite estabelecido de 20% (vinte por cento), desde que não seja os itens constante na qualificação técnica.

16. CONCLUSÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Os estudos preliminares evidenciam que a solução ora descrita, ou seja, a contratação de empresa para executar os Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais do Trevo de Triagem Norte e da Ligação Torto-Colorado, com vistas à proteção ambiental nas áreas afetadas pela implantação desses complexos rodoviários e o cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

17. ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO ETP

DESCRIÇÃO	SETOR	RESPONSÁVEL	ATIVIDADE	ITENS
-----------	-------	-------------	-----------	-------

Área Ambiental	Demandada/Área	DIMAM GELMR	Maria Dulcinea Xavier Nunes Wellington Rodrigues dos Santos	Elaboração	1 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 9 - 10 - 12 - 13 - 14 - 16
Coordenação de Planejamento		COPLAN	Maurício Theodósio Mattos Marques	Elaboração	2
Área Orçamentária		DIORC	Ana Cilene Almeida Batista	Elaboração	8
Superintendência Demandada		SUTEC	Plínio Fabrício Mendonça Fragassi	Elaboração	11 - 15
				Aprovação	TODOS OS ITENS

ANEXO VIII
ORÇAMENTO ESTIMATIVO

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)		
RESUMO DO ORÇAMENTO ESTIMATIVO		
Local: Trevo de Triagem Norte e DF-003, no Trecho Compreendido Entre o Viaduto do Torto e o do Colorado		
Tabela Referencial: Consultoria DNIT		Mês base: OUT/2025
DISCRIMINAÇÃO		
A - EQUIPE TÉCNICA	R\$ 1.786.624,92	R\$ 2.297.927,98
A1 -Coordenação	R\$ 975.428,64	
A2 - Equipe Trevo de Triagem Norte	R\$ 405.598,14	
A3 - Equipe Torto Colorado	R\$ 405.598,14	
B - VEÍCULOS	R\$ 278.636,16	
C - DESPESAS GERAIS	R\$ 224.261,14	
D - ANÁLISE DE ÁGUA	R\$ 8.405,76	
TOTAL DO ORÇAMENTO SEM BDI		R\$ 2.297.927,98
TOTAL DO ORÇAMENTO COM BDI		27,71% R\$ 2.934.683,82

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)									
A. EQUIPE (TTN)									
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT							Mês base: OUT/2025		
Atividade	Descrição	Código	Quantidade				Salário / Mês	Total	Total
			Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês			
			a	b	c	d=(a*b*c)/220			
Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos	Engenheiro Ambiental (Sênior)	P8059	1	80	4	1,45	R\$ 32.088,01	R\$ 46.673,47	R\$ 51.485,83
	Técnico Ambiental	P8143	1	40	4	0,73	R\$ 6.617,00	R\$ 4.812,36	
Programa de Compensação Ambiental e Florestal	Engenheiro Florestal (Sênior)	P8070	1	80	4	1,45	R\$ 30.298,26	R\$ 44.070,20	R\$ 44.070,20
Programa de Monitoramento de Fauna	Biólogo Sênior	P8034	1	120	4	2,18	R\$ 14.991,41	R\$ 32.708,53	R\$ 102.367,75
	Biólogo Pleno	P8033	3	120	4	6,55	R\$ 8.702,15	R\$ 56.959,53	
	Auxiliar de Campo	P8025	4	40	4	2,91	R\$ 4.365,52	R\$ 12.699,69	
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora	Geólogo ou Geotécnico (Sênior)	P8082	1	120	8	4,36	R\$ 31.080,65	R\$ 135.624,65	R\$ 164.498,84
	Técnico Ambiental	P8143	1	120	8	4,36	R\$ 6.617,00	R\$ 28.874,18	
Programa de Monitoramento do Cumprimento de Condicionantes	Geógrafo (Sênior)	P8185	1	120	4	2,18	R\$ 19.788,78	R\$ 43.175,52	R\$ 43.175,52
Total Equipe Técnica									R\$ 405.598,14

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)									
A. EQUIPE (LTC)									
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT							Mês base: OUT/2025		

Atividade	Descrição	Código	Quantidade				Salário / Mês	Total	Total
			Quant. Profissional	Quant. Horas/Mês	Quant. Mês	Homem/Mês			
			a	b	c	d=(a*b*c)/220			
Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos	Engenheiro Ambiental (Sênior)	P8059	1	80	4	1,45	R\$ 32.088,01	R\$ 46.673,47	R\$ 51.485,83
	Técnico Ambiental	P8143	1	40	4	0,73	R\$ 6.617,00	R\$ 4.812,36	
Programa de Compensação Ambiental e Florestal/Monitoramento e Proteção de UC's/Acompanhamento do Paisagismo e Recuperação de Áreas Degradadas	Engenheiro Florestal (Sênior)	P8070	1	80	4	1,45	R\$ 30.298,26	R\$ 44.070,20	R\$ 44.070,20
Programa de Monitoramento de Fauna	Biólogo Sênior	P8034	1	120	4	2,18	R\$ 14.991,41	R\$ 32.708,53	R\$ 102.367,75
	Biólogo Pleno	P8033	3	120	4	6,55	R\$ 8.702,15	R\$ 56.959,53	
	Auxiliar de Campo	P8025	4	40	4	2,91	R\$ 4.365,52	R\$ 12.699,69	
Programa de Monitoramento de Processos Erosivos/Controle de Áreas de Empréstimo e Bota Fora	Geólogo ou Geotécnico (Sênior)	P8082	1	120	8	4,36	R\$ 31.080,65	R\$ 135.624,65	R\$ 164.498,84
	Técnico Ambiental	P8143	1	120	8	4,36	R\$ 6.617,00	R\$ 28.874,18	
Programa de Monitoramento do Comprimento de Condicionantes	Geógrafo (Sênior)	P8185	1	120	4	2,18	R\$ 19.788,78	R\$ 43.175,52	R\$ 43.175,52
Total Equipe Técnica									R\$ 405.598,14

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DETALHADOS NOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS - PBA DAS OBRAS DO TREVO DE TRIAGEM NORTE (TTN) E LIGAÇÃO TORTO-COLORADO (LTC)								
B. Veículos (TTN)								
Referência: Tabela Engenharia Consultiva DNIT						Mês base: JUL/2024		
Tipo de Veículo	Código	Qtde Veículos	Hora/Dia	Dias	Mês	Custo Horário	Total (R\$)	
		A	B	C	D	E	F=AxBxCxDxE	
Veículo van - Tipo furgão (Com motorista) CHP	E8887	1	4,00	22,00	24,00	R\$ 85,25	R\$ 180.048,00	
Veículo van - Tipo furgão (Com motorista) CHI	E8887	1	4,00	22,00	24,00	R\$ 46,68	R\$ 98.588,16	
					Total Veículos		R\$ 278.636,16	

C. IMÓVEIS/MOBILIÁRIO/DESPESAS GERAIS							
CAMPANHAS (CONSIDERADO MENSAL)							
ITEM	Código	Ocupante	Unidade		Custo	Valor Parcial	
		Unid.	m²	mês	R\$	R\$	
Imóvel Comercial	Escritório	B8951		145,98	4,00	R\$ 51,03	R\$ 29.796,42
Mobiliário	Mobiliário (Escritório)	B8953	26,00		4,00	R\$ 481,81	R\$ 50.108,24
Custos Diversos	Custos Diversos(Energia, água, saneamento, telefonia, correios, limpeza, materiais de escritório e informática)	B8959	26,00		4,00	R\$ 197,10	R\$ 20.498,40
						Total	R\$ 100.403,06
C. IMÓVEIS/MOBILIÁRIO/DESPESAS GERAIS							
COORDENAÇÃO (CONSIDERADO MENSAL)							
ITEM	Código	Ocupante	Unidade		Custo	Valor Parcial	
		Unid.	m²	mês	R\$	R\$	
Imóvel Comercial	Escritório	B8951		46,98	24,00	R\$ 51,03	R\$ 57.531,22
Mobiliário	Mobiliário (Escritório)	B8953	4,00		24,00	R\$ 481,81	R\$ 46.253,76
Custos Diversos	Custos Diversos(Energia, água, saneamento, telefonia, correios, limpeza, materiais de escritório e informática)	B8959	4,00		24,00	R\$ 197,10	R\$ 18.921,60
						Total	R\$ 122.706,58

Para a utilização da referida equação foram adotadas as seguintes premissas:


- a. para o dimensionamento das áreas de escritório considerou-se a equação apresentada na Tabela 40 do “*Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 07 - Canteiros*”. Esta equação foi desenvolvida em função do módulo básico acima exposto, definido como espaço mínimo que atende às especificações legais e técnicas relacionadas às atividades de escritório;
- b. por se tratar de serviços de Engenharia Consultiva, em que a equipe realiza parte das atividades em campo, considerou-se a redução de 50% (cinquenta por cento) da área resultante da equação. Logo:

$$AE = \frac{57,95}{2} + (4,5 \times NF)$$

onde:

AE representa a área de escritório (m²);

NF representa o número de ocupantes (ocupante).

		CÁLCULO DO BDI	
TIPO DE OBRAS/SERVIÇOS			
PROJETOS, CONSULTORIAS, GERENCIAMENTO E CORRELATOS			
REGIME DE DESONERAÇÃO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO			
Sem Desoneração			
COMPONENTES DO BDI			
AC	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5,00%	
S + G	TAXA DE SEGUROS E GARANTIAS	0,10%	
R	TAXA DE RISCOS	0,50%	
DF	TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	1,17%	
L	TAXA DE LUCRO	8,30%	
T	TAXA DE INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS	9,40%	
	PIS (80% DA ALÍQUOTA 1,65%)	1,32%	
	COFINS (80% DA ALÍQUOTA 7,60%)	6,08%	
	ISS	2,00%	
$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$		27,71%	
BDI DESONERADO		27,71%	
TAXA SELIC		15,00%	a.a%

ANEXO IX
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO																																			
EMPRESA: 001 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS ASFALTADOS - PM 241 (LIMITE DE TRANSFERÊNCIA: 0% (CARGA MÁXIMA: 1000000000))																																			
Item	Atividade	Produto	Valor	2025																															
				30	60	90	120	150	180	210	240	270	300	330	360	390	420	450	480	510	540	570	600	630	660	690	720	750	780	810	840	870	900		
1	PSA	Contratação Geral	R\$ 1.245.718,82	R\$ 81.022,18	R\$ 81.821,84	R\$ 82.582,18	R\$ 83.287,28	R\$ 83.922,88	R\$ 84.502,18	R\$ 85.028,18	R\$ 85.505,18	R\$ 85.928,18	R\$ 86.302,18	R\$ 86.632,18	R\$ 86.922,18	R\$ 87.178,18	R\$ 87.402,18	R\$ 87.598,18	R\$ 87.772,18	R\$ 87.922,18	R\$ 88.052,18	R\$ 88.162,18	R\$ 88.258,18	R\$ 88.338,18	R\$ 88.402,18	R\$ 88.452,18	R\$ 88.492,18	R\$ 88.522,18	R\$ 88.548,18	R\$ 88.572,18	R\$ 88.592,18	R\$ 88.608,18	R\$ 88.622,18		
2	PSA	Programa de Manutenção das Ruas e Vias	R\$ 131.586,11																																
3	PSA	Programa de Conservação Ambiental e Florestal	R\$ 110.256,19																																
4	PSA	Programa de Manutenção de Parques	R\$ 281.447,71																																
5	PSA	Programa de Manutenção de Processos e Serviços	R\$ 420.182,30	R\$ 80.020,07																															
6	PSA	Programa de Manutenção de Equipamentos e Infraestrutura	R\$ 110.270,91																																
7	PSA	Veículos	R\$ 155.846,24	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18	R\$ 14.892,18			
7	PSA	Despesas Gerais	R\$ 280.453,80	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40	R\$ 11.814,40			
7	PSA	Análise de Risco	R\$ 16.716,80																																
Percentual Descontado Mensal					6,07%	2,88%	2,00%	6,87%	2,88%	0,07%	4,87%	2,88%	2,88%	6,87%	2,88%	2,88%	6,87%	2,88%	0,07%	4,87%	2,88%	2,88%	6,87%	2,88%	0,07%	4,87%	2,88%	2,88%	6,87%	2,88%	0,07%				
Valor Descontado Mensal				R\$ 131.058,82	R\$ 78.538,85	R\$ 78.538,85	R\$ 131.058,82	R\$ 78.538,85	R\$ 235.177,28	R\$ 131.058,82	R\$ 78.538,85	R\$ 78.728,35	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 235.386,66	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 235.386,66	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 235.386,66	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 131.248,72	R\$ 78.728,35	R\$ 235.386,66	R\$ 131.248,72				

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MINUTA CONTRATO - ELABORADO COM BASE NO PROJETO BÁSICO - DER-DF/PRESI/SUTEC (SEI/GDF 193093375)

MODELO DE TERMO DE CONTRATO - VERSÃO: DEZEMBRO/2025
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025 - DER/DF, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DOS PLANOS BÁSICOS AMBIENTAIS APROVADOS NO ÂMBITO DOS PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS COMPLEXOS VIÁRIOS SOB RESPONSABILIDADE DO DER/DF.

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.070.532/0001-03, com sede no Setor de Administração Municipal - SAM, Bloco "C", Edifício Sede do DER/DF, Setores Complementares, CEP: 70620-030, Brasília/DF, neste ato representado(a) pelo senhor Presidente Engenheiro Civil **FAUZI NACFUR JÚNIOR**, Carteira CREA nº 8173/D-DF, Registro Nacional nº 0702027642, nomeado pelo Decreto de 13/06/2022, publicado no DODF nº 111, de 14/06/2022, página 24, portador da Matrícula Funcional nº 02423545, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, na cidade de ____/____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____, conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo SEI/GDF nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto nº 44.330/2023, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da *Concorrência Eletrônica* nº ____/____, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços comum de engenharia para a execução dos Planos Básicos Ambientais aprovados no âmbito dos Processos de Licenciamento Ambiental dos Complexos Viários sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, denominados Trevo de Triagem Norte - TTN e Ligação Torto-Colorado - LTC, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.
- 1.2. Objeto da contratação:

QUADRO RESUMO DOS SERVIÇOS	
Serviço	Execução dos Programas detalhados nos Planos Básicos Ambientais (PBAs) do Trevo de Triagem Norte (TTN) e da Ligação Torto-Colorado (LTC)
Rodovias	TTN - Entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003 (Balão do Torto), com extensão aproximada de 2,5 kmLTC - Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA (DF-003) entre os viadutos do Torto e do Colorado, com extensão aproximada de 5,2 km
Local	TTN - Trecho compreendido entre o entroncamento da DF-002/DF-004 e o entroncamento com a BR-450/DF-003LTC - EPIA/DF-003 no trecho compreendido entre os viadutos do Torto e do Colorado
Serviços a serem Executados	Programas dos PBAs:TTN - Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos; Programa de Monitoramento de Processos Erosivos; Programa de Compensação Ambiental; Plano de Monitoramento da Fauna; Programa de Monitoramento do Cumprimento das CondicionantesLTC - Programa de Monitoramento da Qualidade dos Recursos Hídricos; Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos; Programa de Monitoramento de Atropelamento de Fauna; Programa de Monitoramento e Proteção de Unidades de Conservação - UCs; Programa de Acompanhamento da Recuperação de Áreas Degradadas e de Paisagismo; Programa de Monitoramento do Cumprimento das Condicionantes; Plano de Manutenção da Rede de Drenagem pluvial
Prazo de Execução	720 (setecentos e vinte) dias - O prazo de execução se inicia após a publicação da ordem de serviço no DODF
Prazo de Vigência	180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução
BDI (%) de consultoria	27,71 %
Data de Reajustamento	08/01/2026
Data Base do Orçamento	01/10/2025

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Projeto Básico;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de **empreitada por preço unitário**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO, PRORROGAÇÃO E PARALISAÇÃO

- 2.1. O prazo de **execução do objeto** é de **720 (setecentos e vinte) dias consecutivos**, contado a partir da data de publicação, no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), da Ordem de Serviço de Autorização de Início da Obra, ou da data nela indicada, prevalecendo a que ocorrer por último.
- 2.2. O prazo de **vigência do contrato** terá início na data de sua assinatura e perdurará até a completa execução do objeto, acrescido de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, após o término do prazo de execução, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de celebração de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no prazo de execução estabelecido, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a ocorrência ser devidamente motivada pela CONTRATADA e registrada nos autos pelo Gestor e pelos Fiscais do Contrato, com ciência e aceite ou autorização expressa da autoridade competente (ordenador de despesas), ressalvadas as providências cabíveis nas hipóteses de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.3. A paralisação ou o reinício da execução do objeto, bem como a suspensão ou retomada da contagem dos prazos contratuais, com o ajuste automático dos prazos, ocorrerão mediante simples Termo de Apostilamento, nos termos do art. 115, § 5º, e do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, registrado nos autos e com publicidade assegurada pelos meios oficiais adotados pela Administração.sim

2.4. A eventual prorrogação dos prazos de execução ou de vigência não implicará, por si só, reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro, nem ensejará revisão de preços, inclusive quanto aos custos de canteiro de obras, salvo se comprovado que a prorrogação decorreu de ato exclusivo da Administração e resultou em impacto financeiro efetivo, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

Matriz de risco:

MATRIZ DE RISCOS						
TIPO DE RISCO	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	ALOCACÃO	PROBABILIDADE	IMPACTO	IMPACTO X PROBABILIDADE
Não atendimento das condicionantes das LOs	Atraso no cronograma de campanhas ou relatórios	Multas ambientais e suspensão das Licenças de Operação (LO 136/2023 e 68/2022).	Contratada	10%	MUITO ALTO	Média
Demora na análise dos produtos entregues pela Contratada	Deficiência na verificação técnica dos produtos entregues pela Contratada; Atraso no cronograma de campanha ou relatórios	Atraso no cronograma; Solicitação de aumento de prazo e custos por parte da CONTRATADA.	DER-DF	20%	ALTO	Média
Falha na identificação de processos erosivos	Periodicidade mensal inadequada ou monitoramento visual falho	Danos estruturais na rodovia, riscos aos usuários e assoreamento dos corpos hídricos	Contratada	10%	BAIXO	Baixa
Inconformidade nos laudos de recursos hídricos	Não observância da Resolução CONAMA n.º 357/2005	Decisões baseadas em indicadores errôneos; impacto na qualidade de vida e fauna	Contratada	10%	ALTO	Baixa
Deficiência técnica na equipe multidisciplinar	Falta de profissionais qualificados ou falta de registro em conselhos	Relatórios tecnicamente pobres ou sem validade jurídica; Retrabalho	Contratada	20%	ALTO	Média
Perda de sazonalidade nas campanhas de fauna	Falha logística durante as transições entre períodos secos e chuvosos .	Dados de monitoramento de atropelamento e biodiversidade incompletos	Contratada	10%	MODERADO	Baixa

CONSIDERAÇÕES PARA A MATRIZ DE RISCOS

Probabilidade	71% a 90%	Média	Média	Alta	Alta	Alta
	51% a 70%	Baixa	Média	Média	Alta	Alta
	31% a 50%	Baixa	Baixa	Média	Alta	Alta
	11% a 30%	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta
	1% a 10%	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa	Média
		MUITO BAIXO	BAIXO	MODERADO	ALTO	MUITO ALTO
		Impacto				

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ____ (____)

5.1.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. A proposta de preços aceita pelo DER/DF e os futuros pedidos de reequilíbrio e reajustamento contratual deverão utilizar obrigatoriamente a função

TRUNCAR nas planilhas eletrônicas, limitando todos os resultados a duas casas decimais para padronização dos cálculos da Planilha de Custos e Formação de Preços e prevenção de distorções nos valores apresentados.

5.2.1. A planilha de cálculo deverá ser encaminhada ao DER/DF em formato editável, contendo memória de cálculo detalhada, de modo a possibilitar a adequada conferência e validação dos valores apresentados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (tinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (tinta) dias úteis.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.18. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela Central de Aprovação de Projetos - CAP/SEDUH; e

8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.19. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Projeto Básico, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.37. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.37.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.
- 9.38. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;
- 9.39. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.40. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.41. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.42. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

- 9.43. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.44. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.45. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;
- 9.46. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.47. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.48. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.49. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.49.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.49.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.49.3. florestas plantadas; e
- 9.49.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 9.50. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 9.50.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 9.50.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- 9.50.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela [Portaria nº 253, de 18/08/2006](#), do Ministério do Meio Ambiente, e [Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014](#), quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 9.50.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 9.51. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:
- 9.51.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 9.51.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 9.51.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.
- 9.51.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 9.51.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.51.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 9.51.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 9.51.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 9.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.52.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 9.52.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.
- 9.53. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 9.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 9.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.
- 9.56. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).
- 9.57. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;
- 9.57.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.
- 9.58. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área

requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Das indenizações e multas.
- 13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/unidade: 26.205 - Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF;
- II - Programa de trabalho: 26.782.6210.1226.0002 - Compensação Ambiental - DER/DF;
- III - Natureza de despesa: 4.4.90.51;
- IV - Fonte de recursos: 335-0 e 100-0;
- V - Nota de empenho: _____;

15.2. A(s) Nota(s) de Empenho suplementar(es) será(ão) emitida(s) em momento oportuno, de acordo com a disponibilidade orçamentária, mediante solicitação do Gestor/Fiscais do Contrato e autorização da autoridade competente (Ordenador de Despesas), nos termos do [Decreto nº 32.598/2010](#) e da [Lei nº 4.320/1964](#).

15.3. O CONTRATANTE poderá utilizar as fontes de recursos 100, 135, 161, 183, 220, 221, 237, 248, 232, 321, 335, 437, 448, 732 dentre outras que forem autorizadas para fins de pagamento da despesa.

15.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

16.1. O contratado deverá enviar para o email dicon@der.df.gov.br, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do Contrato, o Relatório de Perfil e do Relatório de Conformidade, nos termos dos Anexos I e II do [Decreto nº 40.388, de 14/01/2020](#), de implementação do Programa de Integridade, para avaliação de Programa de Integridade pela Unidade de Compliance da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF, nos termos do Parecer Jurídico nº 480/2025 - PGDF/PGCONS (SEI-GDF 184126316).

16.2. A exigência do Programa de Integridade se aplica apenas para a contratação com valor global igual ou superior a **R\$ 7.015.476,03** (sete milhões, quinze mil quatrocentos e setenta e seis reais e três centavos), valor atualizado para o ano de 2026, conforme Ofício Circular Nº 1/2026 - CGDF/GAB (SEI-GDF 191387735), nos termos do Art. 1º, [Lei nº 6.112/2018](#), Art. 1º, [Decreto nº 40.388/2020](#), [Portaria CGDF nº 157/2020](#).

16.2.1. O descumprimento das exigências poderá o Contratante aplicar ao Contratado multa equivalente a 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, nos termos do art. 8º, da [Lei Distrital nº 6.112, de 02/02/2018](#) e alterado pela [Lei Distrital nº 6.308, de 13/06/2019](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

17.1. Fica(m) indicado(s) pelo Contratado a(s) relação(ões) do(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) e o(s) registro(s) de Responsabilidade Técnica, registrada no respectivo conselho profissional, nos termos da [Lei nº 5.194/1966](#) - Engenheiro CONFEA/CREA, [Lei nº 6.496/1977](#) - ART, [Lei nº 12.378/2010](#) - Arquiteto - CAU/BR, [Lei nº 5.524/1968](#) - Técnico, [Decreto nº 90.922/1985](#) - Técnico, [Lei nº 13.639/2018](#) - TRT/CFT, [Resolução nº 1.137/2023 \(CONFEA\)](#) - ART, [Resolução nº 91/2014 - CAU/BR](#) - RRT, entre outros, se for o caso:

ITEM	NOME DO PROFISSIONAL	TÍTULO DE GRADUAÇÃO	N.º REGISTRO	CONSELHO PROFISSIONAL
1				
2				
3				

17.2. O contratado deverá enviar para o email dicon@der.df.gov.br, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do Termo de Contrato, a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) e/ou TRT (Termo de Responsabilidade Técnica) dos profissionais relacionados no item acima.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS LEGISLAÇÕES COMPLEMENTARES

18.1. A contratada deverá rescindir o termo de contrato administrativo por falta de pagamento aos empregados, nos termos da [Lei nº 7.290, de 17/07/2023](#).

18.2. O contratado deverá proibir o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos da [Lei nº 5.448, de 12/01/2015](#) e do [Decreto nº 38.365, de 26/07/2017](#).

18.3. O contratado deverá reservar o percentual mínimo de 2% de vagas de trabalho para ocupação por pessoas em situação de rua, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102, de 20/06/1983, podendo ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, nos termos da [Lei nº 6.128, de 01/03/2018](#) e do [Decreto nº 45.846, de 27/05/2024](#).

18.4. A contratada não poderá nomear como gestor, fiscal ou membro de comissão aquele que exercer atividade incompatível com a fiscalização de contratos ou possuir relação de parentesco, até o terceiro grau, com sócio gerente ou administrador do contratado, sendo vedado que familiar de agente público preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, nos termos do [Decreto nº 44.330, de 16/03/2023](#) e do [Decreto nº 32.751, de 04/02/2011](#).

18.5. As partes deverão cumprir, naquilo que lhes competem, a aplicação da [Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), nos termos do [Decreto nº 45.771, de 08/05/2024](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20. CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

21. CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ENG. CIVIL FAUZI NACFUR JÚNIOR

Presidente do DER/DF

Representante legal do CONTRATADO

Representante legal do CONTRATANTE

[Documento datado e assinado eletronicamente, por meio de login e senha]

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por **ANA HILDA DO CARMO SILVA - Matr.0094068-2, Diretor(a) de Materiais e Serviços**, em 03/03/2026, às 14:05, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **196331879** código CRC= **4C67E192**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM Bloco C - Setor Complementares - Ed. Sede do DER/DF - Bairro Asa Norte - CEP 70620.030 - DF
Telefone(s): (61)3111-5600
Site - www.der.df.gov.br